

# ESTRUTURA E PRODUTIVIDADE DA AGRICULTURA BRASILEIRA

WILLIAM H. NICHOLLS \*  
RUY MILLER PAIVA \*\*

*“Criação é que é trabalho para homem.  
Lavoura é coisa de português.”*

Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento*

Desde 1.º de fevereiro de 1963, os autores estão estudando as causas da baixa produtividade na agricultura brasileira. Este é o primeiro do que esperam ser uma série de relatórios sobre os resultados desse estudo. A dificuldade dessa tarefa pode ser melhor apreciada quando se recorda que o Brasil possui uma área maior do que a parte continental dos EE. UU. Assim, a área do país que dois profissionais podem cobrir, dentro de um período limitado de tempo, constitui um desafio ao emprêgo de processos estatísticos usuais de amostragem. E por isso fomos forçados a limitar nossas observa-

---

1) Registramos com gratidão a assistência financeira da Fundação Ford e da Fundação Rockefeller que tornou possível este estudo.

Este artigo foi também publicado em inglês (“The Structure and Productivity of Brazilian Agriculture”, *Journal of Farm Economics*, Vol. 47 (may, 1965) págs. 347-61) sem porém incluir os quadros estatísticos e as últimas revisões dos dados numéricos.

\* Universidade de Vanderbilt, Nashville, Tennessee

\*\* Fundação Getúlio Vargas — IBRE

ções a uma série de “estudos de caso” de 99 estabelecimentos localizados em sete importantes áreas agrícolas. Por esta razão, as conclusões aqui apresentadas devem ser consideradas preliminares e o próprio “levantamento”, considerado como operação de reconhecimento para posteriores investigações de maior profundidade. Com todas as limitações estatísticas, porém, nosso estudo tem a virtude de abordar os problemas econômicos da agricultura com uma amplitude talvez singular no Brasil.

### I — *Metodologia do Estudo*

Na seleção de nossas amostras, tivemos que fazer muitas opções difíceis. Inicialmente, decidimo-nos a focalizar as empresas agrícolas com produções destinadas a alimentação. Em segundo lugar, selecionamos seis produtos — arroz, feijão, mandioca, milho, suínos e bovinos — uma vez que os derivados desses produtos respondem aproximadamente por 50% da despesa (1961-62) no orçamento alimentar da média dos consumidores na cidade do Rio de Janeiro. Em terceiro lugar, através de um estudo cuidadoso das estatísticas agrícolas disponíveis, escolhemos sete regiões, cada uma das quais produz a maior parcela de alguns desses seis produtos citados, que a população urbana do Brasil consome. Essas regiões foram: Rio Grande do Sul (Depressão Central e Alto Uruguai), Norte do Paraná, Triângulo Mineiro, Vale do Paraíba, “Agreste” de Pernambuco, Cariri no Ceará e Itapecuru Superior no Maranhão. Em quarto lugar, dentro de cada área em estudo, escolhemos um único município que parecesse representar satisfatoriamente a região da qual fazia parte. Os municípios escolhidos (na mesma ordem em que suas respectivas regiões foram mencionadas) foram: Cachoeira e Erechim, Maringá, Ituitaba, Taubaté, Caruaru, Crato e Caxias. Em quinto lugar, quando de nossa visita a cada *município* selecionado, escolhemos, de acordo com o valioso conselho dos agrônomos locais ou dos líderes das classes rurais, os estabelecimentos (na maioria dos casos, 15) a serem entrevistados durante um período de duas semanas. Nossa escolha baseou-se em três critérios: “tipos de agricultura” característicos da região (geralmente os dois mais importantes); tamanho da propriedade (grande, média ou pequena) — e nível de técnica agrícola (bom, regular e mau). Fizemos um esforço

ço especial para assegurar a representação dos pequenos fazendeiros e daqueles que utilizam técnica rudimentar.

A quase totalidade dos 99 estabelecimentos entrevistados eram “unidades” constituídas com base na propriedade ou na administração da empresa e não propriamente com base na “unidade operacional” (admitida pelo Censo Agrícola). Das 1.559 famílias mais ou menos permanentemente associadas a estes 99 estabelecimentos, as atividades de mais de 1.000 seriam também no Censo, provavelmente, qualificadas separadamente como estabelecimentos agrícolas e como “propriedades familiares”. Dos 99 estabelecimentos, porém somente 31 poderiam eles mesmos se considerarem “propriedades familiares”, no sentido de que a própria família do responsável supre mais de 50% da mão-de-obra da propriedade; as restantes 68 propriedades abrigavam uma média de aproximadamente 22 famílias permanentes cada uma (ver tabela 4).

Dos 99 estabelecimentos, 17 possuíam de 1.000 a 6.000 hectares. 20 tinham de 200 a 1.000 hectares, 26 de 50 a 200 hectares e 36 possuíam menos de 50 hectares (ver tabela 8). Embora 7% dos estabelecimentos controlassem 48% da área agrícola total, essa proporção de concentração encontra-se ainda consideravelmente abaixo das médias nacionais para o Brasil e para os EE. UU.<sup>2</sup> Obteve-se cooperação de praticamente todos os agricultores visitados. Desde que os dois autores deste estudo fizeram todas as entrevistas, foi-lhes possível manter padrões uniformes de coleta e tiveram oportunidade de observar direta e pessoalmente assim como adquirir conhecimentos de fatos importantes, não compreendidos no questionário. Estes elementos, obtidos na entrevista, demonstraram ser de valor inestimável para o refinamento, retificação e interpretação posteriores dos dados primitivos.

---

<sup>2</sup> De acordo com cálculos publicados em outras fontes, os 5% maiores estabelecimentos do Censo detinham 68% do total das terras de agricultura no Brasil (1950) e 53% nos EE.UU. (1954). Tivessem as unidades de administração usadas (como o fizemos neste trabalho) teríamos as proporções ainda mais elevadas. As proporções de concentração em nossas amostras das sete áreas foram tão baixas ou mesmo mais baixas do que as obtidas com base no Censo de 1950, à exceção do Ceará (Cf. Nicholls, “Perspectivas Estatísticas da Estrutura Agrária do Brasil”, *Revista Brasileira de Economia*, ano XVII, n.º 2 (junho, 1963) espec. Tabela IV, pág. 20)

Os problemas usuais com o processamento e a interpretação dos dados tornaram-se mais difíceis, devido a: a) diversidade dos pesos e medidas usados pelos agricultores brasileiros; b) prática comum de plantio consorciado de cinco ou seis culturas em uma única área; c) escassez dos dados de preços, produção e rendimentos, que possam servir como ponto de referência; e d) aos efeitos de uma taxa de inflação de 6% ao mês, que acrescem os problemas habituais de falha de memória. Como resultado, ficou provada a necessidade de grande retificação dos dados iniciais, especialmente no que diz respeito à conciliação entre os "outputs" e as rações dos animais (tais como as mencionadas na criação de suínos, bem como a estimativa dos "inputs" de trabalho homem-ano efetivo). Todavia, os problemas mais difíceis relacionaram-se com os rendimentos anormais das colheitas e com os efeitos da inflação nas comparações inter-regionais de dados, em termos de valor.

Durante o ano agrícola 1962-63, abrangido pela entrevista, o mau tempo constituiu um sério problema. Por êste motivo os agricultores foram indagados sobre os rendimentos "normais" além dos rendimentos atuais e todos os dados de produção física foram ajustados a êstes rendimentos normais, antes de proceder ao cálculo do valor. (Foram também feitos, onde necessário, ajustamentos apropriados nos "inputs" físicos, tais como trabalho gasto na colheita, combustível para tratores, etc.) Êste ajustamento foi bastante significativo em quatro regiões, aumentando o valor do "output" bruto em 72% no Paraná, 67% no Triângulo Mineiro, 47% em Pernambuco e 43% no Ceará. A rigor, êste procedimento seria teoricamente válido exclusivamente para estabelecimentos agrícolas tomados isoladamente, já que as causas dos baixos rendimentos, tendo-se estendido por toda a região poderão fazer com que aqueles mais elevados sejam neutralizados por preços inferiores. Contudo, carecendo dos dados básicos necessários, vimo-nos impossibilitados de levar em conta os efeitos dos rendimentos mais elevados sobre os preços.

O segundo grande problema foi o criado pela elevada taxa de inflação brasileira, que tende a invalidar comparações em termos de valor entre regiões visitadas com até seis meses de diferença. Portanto, decidimos calcular o valor dos *inputs*, *outputs* e estoques com base nos preços vigentes no mês de setembro de 1963. Desde que

nossas investigações nas três regiões nordestinas foram realizadas nesta data ou próximas a ela, não foram feitos ajustamentos em seus preços. Para as quatro regiões sulistas, porém todos os dados originais de preço foram ajustados aos níveis de setembro, de acordo com as séries disponíveis, que são razoavelmente satisfatórias e provenientes de fontes públicas ou privadas. Este procedimento também está sujeito a objeções teóricas, no que diz respeito às mudanças de preços relativos, desde que não ajustamos as quantidades físicas, assim avaliadas, de modo a refletir a substituição de fatores, usados no processo de produção. Todavia, a implicação assumida implicitamente e de proporções fixas de fatores não se mostra, provavelmente, relevante, com a possível exceção da composição física das rações adquiridas para o gado.

Deve-se insistir que todos os dados apresentados no presente trabalho foram ajustados pelas várias maneiras acima indicadas. Deve-se também compreender que nossos ajustamentos, tanto os de rendimento como os de preço, podem tender a superestimar o valor da produção bruta, assim como (provavelmente em menor grau) os custos da produção. Se tal se der, o valor líquido da produção e a renda líquida das famílias dos agricultores seria superestimada similarmente. Tendo em mente estas limitações consideremos mais detalhadamente os resultados preliminares de nossa pesquisa.

## II — *Recursos de Terra e Capital*

Os 99 estabelecimentos da amostra das sete regiões, perfazem uma área total de 51.000 hectares dos quais 9.200 hectares (18% irrigados) em cultura (ver tabela 2). O estabelecimento médio apresenta uma área de 515 hectares, sendo 93 hectares de terra cultivada. Todavia, a área por estabelecimento varia bastante de uma região para outra; de 129 hectares na rica e intensivamente desenvolvida região cafeeira do norte do Paraná, até 1.687 hectares nas florestas de palmeiras tropicais do Maranhão, onde, a despeito das vastas propriedades de terra, o valor total da mesma por estabelecimento representa somente 10% em relação ao Paraná. Das outras cinco regiões, o relativamente novo e produtivo Triângulo Mineiro ocupava o primeiro lugar com 822 hectares, seguido pelo Rio Gran-

de do Sul (583 ha) e o Vale do Paraíba, em São Paulo (356 ha). A área média das propriedades mostra-se substancialmente menor nas duas regiões nordestinas, o Cariri, no Ceará (235 ha), e o Agreste em Pernambuco (197 ha). Dos 17 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares de terra, 6 localizavam-se no Triângulo Mineiro, 4 no Maranhão, 4 no Rio Grande do Sul, um no Ceará, um em Pernambuco, um no Vale do Paraíba (tabela 8). Dos 19 estabelecimentos com menos de 20 hectares, 6 situavam-se no Ceará, 5 em Pernambuco, 4 no Paraná, um no Maranhão, um no Triângulo Mineiro, um no Vale do Paraíba e um no Rio Grande do Sul.

Enquanto a percentagem das áreas em culturas (incluindo a área de certas forragens) de todos os 99 estabelecimentos era de 18%, as de cada região eram de 27% no Triângulo Mineiro, de 21-23% no Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná (Lousiana 23%), de 18% em Pernambuco (Texas 19%) e de somente 7% no Maranhão (Wyoming 6%). Em área plantada por estabelecimento, o Triângulo Mineiro liderava com 223 hectares, seguido por Rio Grande do Sul (131 ha) e Maranhão (121 ha). O Vale do Paraíba contava com 75 hectares por estabelecimento, o Ceará com 50 hectares, Pernambuco com 36 hectares e o Paraná com somente 30 hectares. Estes algarismos podem ser comparados com os 99 hectares, que constituem a área plantada na propriedade de tamanho médio do Delta do Rio Mississippi em 1944.<sup>3</sup>

A terra irrigada foi encontrada somente em 4 regiões, constituindo 74% da terra cultivada no Vale do Paraíba, 35% no Rio Grande do Sul, 17% no Ceará e 4% em Pernambuco. O valor da produção líquida por unidade de área total mostrou-se mais elevado no Paraná e em São Paulo (52 e 53 mil cruzeiros), seguido do Triângulo Mineiro (32 mil cruzeiros); Ceará (29 mil cruzeiros);

3) Em 1944, antes que a mecanização tivesse reduzido significativamente o número de subunidade de parceria, o tamanho médio das propriedades tipo *plantation* no Delta do Mississippi era de 99 hectares de cultura e incluía uma subunidade explorada por conta própria pelo empresário e uma média de 6,8 subunidades de agricultores parceiros *share croppers*. Unindo-se a essa *plantation* as propriedades exploradas como uma "única unidade de operação", isto é, sem parceria, o tamanho médio dos estabelecimentos no Delta mudava para 28 ha de cultura e passava a ter uma média de 2,2 subunidades ("US. Census farms"). (ver William H. Nicholls, "Multiple Unit Operations and Gross Labor Productivity in the Old Cotton Belt", *Journal of Farm Economics*, vol. XXXIV (1952), págs. 463-81).

Rio Grande do Sul (23 mil); Pernambuco (21 mil), e Maranhão (7 mil).<sup>4</sup> Os Valôres médios da terra (excluindo as edificações) por hectare alinhavam-se aproximadamente na mesma ordem — São Paulo (173 mil cruzeiros); Paraná (133 mil cruzeiros); Triângulo Mineiro (79 mil cruzeiros); Ceará (43 mil cruzeiros); Rio Grande do Sul (41 mil); Pernambuco (32 mil) e Maranhão com apenas mil cruzeiros.

O valor total do capital fixo dos 99 estabelecimentos com base no valor de reposição era de cêrca de 5 bilhões de cruzeiros ou 51 milhões por estabelecimento (tabela 2). Este dado pode ser comparado com os 51,7 milhões de cruzeiros que era o valor do estabelecimento médio do Delta do Mississippi no ano de 1944 (1962 dólares). O valor por estabelecimento mais elevado é encontrado no Vale do Paraíba e Triângulo Mineiro (104,1 e 109,6 milhões de cruzeiros) seguidos pelo Rio Grande do Sul (58,1 milhões) pelo Paraná (29,9 milhões) pelo Ceará (19,5 milhões), e por Pernambuco e Maranhão (13,1 e 14,8 milhões). Em valor da terra e construções e em valor da maquinaria por estabelecimento, as sete regiões mantiveram essas mesmas posições. O valor da maquinaria por estabelecimento era de 25,2 milhões de cruzeiros no Vale do Paraíba, 21,7 milhões no Triângulo, 17,4 milhões no Rio Grande do Sul, e de apenas 2,8 milhões no Norte do Paraná, que aplica processos de uso intenso de mão-de-obra. Nas três regiões nordestinas êsses valores se situam entre 1,5 e 1,8 milhões. Um terço dos 99 estabelecimentos possuía um ou mais tratores; todos os 102 tratores à exceção de 8, encontravam-se nas primeiras três regiões. (O Brasil, como um todo, possuía 80.000 tratores, no mesmo ano). O Triângulo Mineiro liderava em gado por estabelecimento (14 milhões de cruzeiros), seguido da região do Rio Grande do Sul (10,9 milhões), o Vale do Paraíba (8 milhões), o Paraná (6,7 milhões), Maranhão (6,5 milhões), Ceará (5,2 milhões) e Pernambuco (4,4 milhões).

---

4) Neste trabalho, todos os valores estão em milhares de cruzeiros, *mas podem igualmente ser bem lidos como dólares*, dada a feliz coincidência de que, no início de setembro de 1963, o dólar era cotado em torno de Cr\$ 1.000 (mil cruzeiros) na taxa de câmbio livre. Todas as médias apresentadas neste texto são médias aritméticas ponderadas dos dados dos estabelecimentos individuais. Nas tabelas do apêndice também apresentamos os cálculos das *medianas*, que freqüentemente diferem muito das médias aritméticas por causa da assimetria geral dos dados.

Dos 99 estabelecimentos, 54 declararam receber crédito agrícola, num total de 104,3 milhões de cruzeiros provindo, em sua maior parte, do Banco do Brasil e de outras fontes públicas (Banco do Nordeste, Banco do Estado de São Paulo e Banco do Estado do Paraná). Dêste total, 65% foram empregados para custeio da produção a curto prazo e o resto para a compra e melhoria de máquinas e de gado, no prazo de 3 anos. O crédito agrícola por estabelecimento atingiu a média de 1.053 mil cruzeiros para todos os estabelecimentos (1.931 mil cruzeiros por estabelecimento que recebeu crédito). O Rio Grande do Sul (com 2.289 mil cruzeiros) foi o mais favorecido, a despeito da aversão à dívida de seus pequenos e médios agricultores, mesmo a uma taxa real de juros altamente *negativa*. O Triângulo e o Vale do Paraíba vinham próximos com 1.631 mil e 1.457 mil cruzeiros por estabelecimento seguidos do Maranhão com 1.141 mil, Ceará com 513 mil, Pernambuco com 303 mil, e Paraná somente com 107 mil. O valor do financiamento alcançou, em média, 40 mil cruzeiros por homem-ano para o *input* de trabalho; 178 mil no Rio Grande do Sul, 61 mil e 49 mil em São Paulo e Minas, 19 e 21 mil em Pernambuco e Ceará, e 10 e 11 mil no Maranhão e Paraná. O capital social, sob forma de serviços agrícolas públicos (excluindo o crédito agrícola) era relativamente grande em São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, pequeno no Ceará e no Triângulo, e desprezível no Paraná e Maranhão.

### III — *Dimensão, Composição e Remuneração da Fôrça de Trabalho*

Os 99 estabelecimentos envolviam 1.559 famílias permanentes (inclusive as famílias dos responsáveis), afora os trabalhadores sazonais que devem representar mais 624 famílias (ver Tabela 4). A fôrça total de trabalho consistia de 3.637 trabalhadores de tempo integral ou tempo parcial, que forneciam, de acôrdo com a estimativa, 2.633 "homens-ano" de *inputs* de trabalho (normalizados para os rendimentos de colheita) no ano agrícola 1962-63. O estabelecimento médio fornecia emprêgo a 15,7 famílias permanentes e a 6,3 famílias adicionais em uma base de tempo parcial. A média de trabalhadores por estabelecimento era de 37 que contribuíam com cerca de 27 "homem-ano" de *input* de trabalho. Nesse total de "homem-



ano" as famílias dos proprietários e administradores contribuíam com somente 6% e 2% respectivamente; as famílias permanentes que por se constituírem em subunidades de operação, poderiam também ser classificadas como "estabelecimentos agrícolas" no Censo, correspondiam a 58%; as outras famílias de trabalhadores permanentes a 23% e os trabalhadores sazonais a 11%.

Com referência às amostras das sete regiões, constata-se que quatro estão próximas da média geral quanto ao número de famílias permanentes por estabelecimento (14-16), mas no Paraná e Rio Grande do Sul esse número é bem inferior (6-7 famílias) e no Maranhão muito superior (48 famílias). No Norte e Nordeste e no Vale do Paraíba, a participação sazonal de trabalhadores temporários era relativamente sem importância (2-7% do total de "homens-ano") mas representavam 29% dos *inputs* de trabalho no Rio Grande do Sul, 24% no Triângulo Mineiro, e 19% no Norte do Paraná. Juntos os trabalhadores permanentes e temporários, forneciam 84 "homens-ano" por estabelecimento no Maranhão, 33 "homens-ano" no Triângulo Mineiro, 24-27 no Ceará e em São Paulo, 13-15 em Pernambuco e Rio Grande do Sul, e 11 no Paraná. Dados comparáveis para o Delta do Mississippi em 1944 foram de cerca de 6,6 "homens-ano" para a *plantation* média e 3,7 "homens-ano" para todas as unidades de "management".

Dos 99 estabelecimentos, 35 tinham administradores<sup>5</sup> que, juntamente com os capatazes, totalizavam 47 famílias. A percentagem de estabelecimentos que possuíam administradores era de 53% no Rio Grande do Sul, 48% no Paraná, 40% em Pernambuco, 40% no Maranhão, 29% no Triângulo Mineiro, 20% no Ceará e 20% no Vale do Paraíba. A renda líquida<sup>6</sup> anual, estimada das famílias de administradores, alcançava uma média de somente 206-241 mil cruzeiros nas regiões do Norte, em comparação com 823 mil cruzeiros no Paraná e 435-585 mil nas outras três regiões do Sul.

A composição das outras famílias de trabalhadores permanentes variava largamente nas sete regiões. Assim, nas três regiões do

5) Dos proprietários dos estabelecimentos que possuíam administradores, 10 residiam na fazenda, 18 na cidade vizinha e somente 7 a maiores distâncias, da fazenda.

6) Toda a renda em dinheiro ou em espécie, menos todas as despesas de produção em dinheiro ou em espécie. (Ver tabela 5, nota a)

Norte e no Triângulo Mineiro, 75% a 96% eram trabalhadores cujo rendimento era basicamente em produtos (moradores e parceiros residentes e não residentes), enquanto que, nas outras três regiões do Sul, 78-97% eram constituídas por trabalhadores mensais ou diários (permanentes) e colonos cujo rendimento, na sua maior parte, era em salários em dinheiro.

No Norte e Nordeste, além de um número limitado de trabalhadores mensais (principalmente na pecuária), praticamente todas as famílias de trabalhadores eram moradores, que têm o direito de cultivar terras designadas sem pagar aluguel (sujeitos a certas condições) e que, além disso, trabalham como diaristas assalariados um ou dois dias por semana para o proprietário da terra; algumas vezes ainda têm pequenas áreas para o plantio de legumes em volta da casa e, menos freqüentemente, direito de criar algumas cabeças de gado. No Maranhão, onde os moradores é que constroem suas próprias casas de palha de babaçu, ainda pagam uma quantidade fixa de arroz ou milho como aluguel. Contudo, eles preferem comumente a alternativa de vender aos proprietários, com desconto, seus excedentes de arroz e outras colheitas, inclusive as amêndoas de babaçu depois de juntá-las e quebrá-las. Aliás, a renda do proprietário, afora o gado que se cria no mato, deriva largamente de atividades comerciais e do beneficiamento da produção no estabelecimento. Nesse Estado, as famílias de moradores possuíam um rendimento líquido, médio e anual de 178 mil cruzeiros (ver tabela 5).

No Ceará, os moradores eram mantidos principalmente para garantir uma força residente de trabalho para a produção do proprietário e, no caso de ter um engenho, também para a fabricação de rapadura e cachaça que, juntamente com a mandioca, são os produtos básicos na dieta (de baixa qualidade) do Nordeste. No que se refere à lavoura da cana, os moradores podem trabalhar, ou por um salário diário ou por uma participação de 50%, da qual lhes cabe apenas a metade após pagarem ao engenho pela transformação da cana em açúcar ou cachaça. A estimativa de suas rendas familiares líquidas anuais apresentam um valor médio de 325 mil cruzeiros para os moradores e 226 mil cruzeiros para os parceiros.

Em Pernambuco, os moradores e os *rendeiros* não-residentes (estes em número de quase o dobro daqueles) com contratos de

trabalho similares, são responsáveis pelo cultivo, para o dono da terra, de palma (semelhante ao cacto chamado *prickly pear* no Sudoeste dos EE. UU.), que constitui a fonte principal de forragem para o gado da região. (O plantio e a colheita da palma são de responsabilidade do dono da terra). Em troca, a cultura de feijão, milho, mandioca e algodão, intercalados entre as palmas pertencem aos rendeiros, à exceção das cascas e da palha residuais, que eles devem deixar nos campos para o gado do proprietário da terra. O interesse fundamental dos grandes proprietários é usualmente a produção pecuária, embora eles ocasionalmente produzam algumas colheitas, nas melhores terras de culturas, por conta própria (especialmente se eles possuem um trator), isto é, contratando trabalho diário das famílias residentes e não-residentes ou usando trabalhadores mensalistas (especialmente para a pecuária) que constituem quase todo o resto da força de trabalho contratada nas propriedades.

Em Pernambuco, a renda líquida média por família era de 297 mil cruzeiros para os moradores, mas somente de 152 mil para os mais numerosos rendeiros de fora e 123 mil para os trabalhadores agrícolas mensalistas residentes nas propriedades. Os trabalhadores mensalistas encarregados da pecuária alcançavam uma média de 257 mil cruzeiros em comparação com 215 mil no Ceará e 164 mil no Maranhão (ver Tabela 5).

No Triângulo Mineiro, 75% do total das famílias de trabalhadores permanentes, excluindo os administradores, eram de parceiros, sendo os remanescentes, trabalhadores a salário mensal. Usualmente os parceiros do Triângulo recebem 50% da colheita, sendo que o proprietário da terra fornece a terra já mecânicamente arada, gradeada e semeada com inseticida ou, se isso não é feito, pagam-lhes em dinheiro para realizar estes serviços, que freqüentemente fazem com seus próprios animais e implementos agrícolas. O parceiro de Minas é responsável somente pelo cultivo e colheita, para o que ele freqüentemente contrata trabalhadores diaristas de fora e aluga combinadas ou pilhadeiras por sua própria conta.

Se o dono da terra possui máquinas agrícolas suficientes, pode contratar os serviços de aração e colheita de seus próprios parceiros e de fazendas vizinhas ou então, ele mesmo, cultivar por conta própria grande parte de suas terras. Em geral tem, também, gado em pastagens plantadas ou naturais e ainda mantém uma grande

criação de suínos. Para atividades assim variadas, êle mantém trabalhadores mensalistas residentes e contrata trabalhadores diaristas das famílias dos parceiros, trabalhadores sazonais, tantos quantos exigirem o cultivo, a colheita, a formação e a limpeza das pastagens. As famílias de parceiros do Triângulo eram excepcionalmente bem remuneradas, com uma renda líquida média anual de 894 mil cruzeiros. Os trabalhadores mensalistas para a pecuária tinham uma renda líquida anual de 381 mil cruzeiros por família e os da agricultura de apenas 147 mil cruzeiros. A média de salário dos trabalhadores sazonais, convertido em base anual, era de 124 mil cruzeiros (tabela 5, nota h).

No norte do Paraná, os diaristas "permanentes" (37%), os mensalistas encarregados da pecuária (24%) e os colonos (17%) constituíam em conjunto 78% do total das famílias de trabalhadores contratados permanentes, excluindo os administradores. Os agricultores maiores produzem café e outras culturas por conta própria, empregando diaristas permanentes e colonos. Os colonos são pagos com quantias fixas em dinheiro (estabelecidas no início do ano agrícola) por 1.000 pés de café cultivados, por saca de café colhido, e por dia por outros serviços executados mas (diferentemente da maioria dos diaristas) recebe também em espécie 50 a 100% de tôdas as culturas intercaladas no cafezal, tendo ainda freqüentemente terras para culturas de subsistência. Considerando anos de produção normais 68% da renda bruta dos colonos provém de salários. No Paraná, as rendas líquidas médias foram de 189 mil cruzeiros por família para os diaristas permanentes, 285 mil para os mensalistas em pecuária e 402 mil para os colonos (tabela 5). Os trabalhadores sazonais receberam uma renda média (base anual) de 162 mil cruzeiros. Os parceiros, constituindo somente 22% das famílias de trabalhadores contratados permanentes no Paraná, mostraram-se relativamente privilegiados do ponto de vista da renda. Eles são encontrados freqüentemente em estabelecimentos médios e pequenos de café, onde pagam normalmente ao dono da terra 60% do café colhido e sêco, contratando tanta mão-de-obra quanto fôr necessário com os restantes 40%. Com outras culturas êles recebem a terra inculta, custeiam tôdas as despesas e pagam ao proprietário da terra 30% sobre a colheita. Com base em colheitas normais, sua renda familiar líquida era em média de 618 mil cruzeiros.

Nas duas regiões altamente mecanizadas de arroz irrigado: o Vale do Paraíba e Rio Grande do Sul, virtualmente a força total de trabalho contratado permanente consiste em mensalistas e diaristas, sendo que quase toda a produção de lavouras e pecuária é conduzida por conta própria. No Vale do Paraíba, 65% das famílias era de diaristas permanentes e 32% de mensalistas, mecânicos ou encarregados dos trabalhos da pecuária. Enquanto todos estes trabalhadores derivam praticamente sua renda bruta de salários, eles têm assegurado emprego para o ano inteiro, dadas as oportunidades relativamente maiores de trabalho não-agrícola na vizinhança, a dificuldade de contratar trabalhadores sazonais, e a plena utilização do trabalho agrícola tanto na produção pecuária (leite e aves) como em lavouras (tanto arroz como batatas são usualmente produzidos nas mesmas terras baixas irrigadas em épocas diferentes do ano). Em São Paulo as famílias de diaristas permanentes tinham uma renda líquida média de 154 mil cruzeiros, em comparação com 217 mil para as famílias de mecânicos mensalistas e 233 mil para as de mensalistas em pecuária. (tabela 5).

No Rio Grande do Sul, onde grande parte do trabalho é contratado de fora durante a estação da colheita, praticamente toda a força de trabalho permanente é fornecida pelas famílias de mensalistas — 61% trabalhando primordialmente em lavouras, 24% em pecuária e 6% em atividades mecânicas cuja renda é quase totalmente proveniente dos salários e alguns pequenos extras. As médias estimadas dos rendimentos familiares líquidos desses mensalistas foram de 285, 180 e 287 mil cruzeiros respectivamente. O salário líquido médio (base anual) dos numerosos trabalhadores sazonais foi de 148 mil cruzeiros.

#### IV — “Output”, Produtividade e Rendas Familiares

Os 99 estabelecimentos em conjunto obtiveram o produto, de suas criações e atividades extrativas, com um valor bruto total estimado em 1.653 milhões de cruzeiros e com um valor líquido (deduzidas as despesas diretas com a produção) de 1.223 milhões de cruzeiros (tabela 2) ou 12.352 mil cruzeiros por estabelecimento. Os *outputs* líquidos por estabelecimento foram os seguintes: no Triângulo Mineiro (25.900 mil cruzeiros), Vale do Paraíba (18.600

mil cruzeiros), Paraná e Ceará (6.800 mil cruzeiros cada um), e Pernambuco (4.000 mil cruzeiros)<sup>7</sup>. Para a *plantation* média do Delta do Mississippi, dados comparáveis mostram para o ano de 1944 (ajustado a preços de 1962), um valor de 23.400 mil cruzeiros.

Antes de nos voltarmos para a produtividade média do trabalho, examinemos os recursos de que dispunha o trabalhador agrícola brasileiro (ver tabela 3). Para os 99 estabelecimentos, havia uma média de 1.919 mil cruzeiros de capital fixo por homem-ano. O Vale do Paraíba situava-se em primeiro lugar com um capital de 4.621 mil cruzeiros por homem-ano de trabalho, seguido de perto pelo Rio Grande do Sul, com 4.506 mil cruzeiros. O Triângulo Mineiro e o Paraná situavam-se em seguida com 3.152 e 2.726 mil cruzeiros, respectivamente. As três regiões do Nordeste ficavam bastante abaixo — Pernambuco em 1.022 mil cruzeiros, Ceará com 724 mil, e Maranhão com somente 156 mil cruzeiros. Estes dados podem ser comparados com 25.746 mil cruzeiros<sup>8</sup> para a média dos EE.UU. em 1962 e com 4.009 mil cruzeiros (preços de 1962) para a *plantation* média do Delta do Mississippi em 1944.

A média de terras cultivadas por homem-ano para as sete regiões (tabela 3) foi de 3,48 hectares, indo desde somente 1,44 hectares na agricultura de uso intensivo de mão-de-obra do Maranhão, até 10,18 e 6,74 hectares nas regiões altamente mecanizadas do Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro. Dado ao uso intensivo de mão-de-obra na produção de café e ao seu baixo nível de mecanização, o Paraná contava com 2,79 hectares por homem-ano. Mais surpreendente foi o número relativamente baixo para o Vale do Paraíba, dado seu alto nível de mecanização, refletindo provavelmente o uso

7) Por regiões, as fontes principais da renda agrícola bruta (ver tabela 1) foram como segue: *Triângulo Mineiro*, arroz (50%), gado bovino (18%), aluguel de máquinas (96%), milho (7%), feijão (5%) e suínos (4%); *Vale do Paraíba*, arroz (33%), batatas (31%), leite (12%), produtos avícolas (5%) e gado bovino (4%); *Rio Grande do Sul*, arroz (49%), suínos (12%), gado bovino (9%), trigo (8%), soja (5%) e milho (4%); *Maranhão*, arroz (26%), babaçu, (12%), feijão (7%), milho (6%), e gado bovino (4%); *Paraná*, café (44%), gado bovino (19%), suínos (15%), leite (5%) e milho (4%); *Ceará*, cana-de-açúcar (25%), gado bovino (16%), milho (15%), arroz (12%), feijão (9%), algodão (6%) e leite (5%); e *Pernambuco*, feijão (27%), leite (16%), gado bovino (15%), milho (13%), palma (11%), mandioca (7%) e algodão (4%).

8) Deve ser notado que a componente "terras e edifícios" constituía 80% do capital fixo nos EE.UU., em comparação com somente 64% para nossa amostra brasileira.

intensivo das terras irrigadas (com duas culturas por ano) e atividade de uso intensivo de mão-de-obra como leite e avicultura, que ademais dependem grandemente de rações adquiridas. Pernambuco situava-se em quinto lugar com 2,51 hectares, com Ceará (1,84) e Maranhão em último lugar. Êstes números podem ser comparados com os 21,6 hectares para a média nos EE. UU. em 1962 e os 12,9 hectares para a *plantation* média no Delta do Mississippi em 1944.

Em relação ao valor da maquinaria por homem-ano (tabela 3), a média das sete regiões foi de 400 mil cruzeiros, indo desde somente 18 mil cruzeiros no Maranhão até 1.065 mil cruzeiros no Vale do Paraíba e 1.350 mil no Rio Grande do Sul. O Triângulo Mineiro e o Paraná situavam-se em terceiro e quarto lugar, com 655 e 262 mil cruzeiros, respectivamente. Pernambuco estava em quinto lugar (119 mil cruzeiros), excluindo o valor dos tratores de propriedade do Governo usados extensivamente em base de contrato nessa região, e Ceará (65 mil cruzeiros) próximo ao último. A média correspondente para os EE. UU. foi de 2.716 mil cruzeiros aproximadamente o dôbro da do Rio Grande do Sul. Em valor de pecuária por homem-ano (a média das sete regiões foi de 300 mil cruzeiros), Rio Grande do Sul colocou-se facilmente em primeiro lugar (848 mil cruzeiros). Paraná foi o segundo (632 mil cruzeiros), indicando o uso intensivo da terra pela pecuária dessa região para o que as aquisições de rações e as excelentes pastagens plantadas ainda que limitadas em área ajudam a contrabalançar os efeitos de suas relativamente pequenas propriedades. O Triângulo Mineiro situava-se em terceiro lugar com 424 mil cruzeiros, seguido pelo Vale do Paraíba (337 mil cruzeiros), Pernambuco (306 mil), Ceará (192 mil) e Maranhão (78 mil). Em 1962, a média para os EE.UU. era de 2.433 mil cruzeiros, quase três vezes a do Rio Grande do Sul.

A produtividade média do trabalho mostrou-se mais elevada nas quatro regiões do Sul do que nas três regiões do Norte, onde o trabalhador agrícola tem, em média, muito menos terras, maquinaria e rebanho com que trabalhar (tabela 3). O *output* líquido por homem-ano de *input* alcançou uma média de 464 dólares para as sete regiões. Os valores mais elevados foram encontrados no Rio Grande do Sul, que é mais rico em recursos, com 1.052 mil cruzeiros seguido do Triângulo Mineiro e Vale do Paraíba (782-783 mil cruzeiros), e Paraná (637 mil cruzeiros). Mais distanciado está Pernambuco

(279 mil cruzeiros), Ceará (251 mil cruzeiros), e Maranhão (sòmente 136 mil cruzeiros). A média comparável dos EE. UU. era de cêrca de 4.300 mil cruzeiros, de modo que mesmo o Rio Grande do Sul contava com uma produtividade média de trabalho que representava sòmente 24% da dos EE. UU. Em comparação com a região de *plantation* do sul dos EE.UU. de 1944, o Rio Grande porém apresenta-se muito melhor — alcança 58% da média das *plantations* do Delta do Mississippi (1.811 mil cruzeiros) e 64% da média de tôdas as unidades de “administração” em tôdas as áreas de *plantations* do sul dos EE.UU. (1.655 mil cruzeiros). Considerando o “tipo” de estabelecimento, observa-se que a produtividade do trabalho mais elevada foi alcançada pelas propriedades de lavoura do Rio Grande (1.110 mil cruzeiros) seguida pelas propriedades de pecuária do Rio Grande (1.102 mil cruzeiros), pelas propriedades de pecuária do Triângulo Mineiro (889 mil cruzeiros), pelas propriedades de lavouras de São Paulo (863 mil cruzeiros), propriedade de lavouras do Triângulo Mineiro (797 mil cruzeiros) e pelas propriedades mistas do Paraná (733 mil cruzeiros).

Sòmente 8 (5 no Rio Grande do Sul) dos 99 estabelecimentos registraram uma produtividade média do trabalho acima de 1.000 cruzeiros, e 38 estabelecimentos excediam 500 mil cruzeiros (ver tabela 11). Os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares de terra tiveram muito melhor desempenho, 4 dentre 8 excederam 1.000 mil cruzeiros e 11 dentre 17 superaram 500 mil cruzeiros. Para o total das sete regiões, a produtividade do trabalho mostrou-se mais elevada nas classes de propriedades de 1.000 a 1.999 hectares (712 mil cruzeiros) do que em qualquer outra, exceto a classe de 200-299 hectares (782 mil cruzeiros); a maior parte desses estabelecimentos estava situada no Sul.<sup>9</sup> Sòmente uma análise posterior indicará se o *output* líquido por unidade de *todos os inputs* (não sòmente o trabalho) mostra-se relativamente favorável para os estabeleci-

9) As médias para tôdas as classes de tamanho (ver tabela 10) eram como segue: 0—9 ha, 269 mil cruzeiros; 10—19 ha, 190 mil cruzeiros; 20—49 ha, 507; 50—99 ha, 413; 100—199 ha, 347 mil cruzeiros; 200—299 ha, 782; 300—999 ha, 485; 1.000—1.999 ha, 712; e 2.000—5.999 ha, 319 (a média total foi de 464 mil cruzeiros). As três classes de tamanho com produtividade média homem-ano mais baixa tinha uma representação desproporcionada das três regiões do Norte (com 40% de todos os estabelecimentos) — no extremo inferior, 73 a 50% para 0—9 e 10—19 hectares, respectivamente; e no extremo superior, 57% para 2.000—5.999 hectares.



mentos maiores — uma pergunta que esperamos responder em futuro próximo, quando as funções de produção tiverem sido computadas para os dados de nossas amostras.

Tomando-se as sete regiões em conjunto, a renda familiar líquida apresentou as seguintes médias anuais: 402 mil cruzeiros para os administradores e 284 mil cruzeiros para os outros trabalhadores permanentes contratados. Para estes últimos, o Triângulo Mineiro ocupou o primeiro lugar, com 717 mil cruzeiros por família, seguido por 336 mil no Paraná, 277 mil no Ceará, 265 mil no Rio Grande do Sul, 213 mil em São Paulo, 187 mil em Pernambuco e 178 mil no Maranhão. Se compararmos estas estimativas regionais da renda das famílias dos trabalhadores com as da produtividade média do trabalho, os elevados rendimentos familiares encontrados no Triângulo Mineiro e no Paraná se explicam pela alta produtividade aliada a uma relativa escassez de trabalho. É difícil porém explicar a baixa remuneração dos trabalhadores no Rio Grande do Sul e São Paulo, especialmente em confronto com o Nordeste, quando se considera a posição favorável que os mesmos ocupam com relação a produtividade do trabalho. É bom lembrar que não deduzimos do “*output líquido*” por homem-ano de cada região a parte atribuível aos *inputs* de capital, que são muito maiores no Sul. E ainda, o que seja talvez mais importante, os maiores *inputs* de capital verificados no Sul (particularmente a mecanização) encorajaram — exceto no Triângulo Mineiro — as grandes propriedades a trabalharem com assalariados diaristas ou mensalistas, eliminando o sistema de parceria. Este último, encontrado principalmente no Norte, claramente se beneficia por um mecanismo protetor contra a inflação que é o rendimento pago em espécie. Evidentemente esta vantagem pode ser contrabalançada pelos maiores riscos climáticos que acompanham esse sistema ou pelo efeito competitivo de uma oferta abundante de trabalho que resulta numa diminuição das áreas estabelecidas para cada família ou numa redução da porcentagem que lhe cabe na parceria. Todavia, nossos dados sugerem que essa área e essa participação tendem a ser fixadas mais por critérios tradicionais, do que por forças competitivas.<sup>10</sup> Nesse caso os trabalhadores

10) É interessante notar que, do *output líquido* total, os trabalhadores contratados (outros que os administradores) recebiam 77% no Maranhão e 67-69% em Pernambuco e Ceará, em confronto com 43% no Triângulo Mineiro, 32% no Paraná e somente 16% e 18% em São Paulo e Rio Grande do Sul.

suficientemente afortunados que obtêm terra estariam protegidos contra uma redução de rendimentos líquidos a níveis competitivos e em base de colheitas normais. Todavia isso teria que vir associado a um nível de emprego agrícola menor e a rendas líquidas mais baixas para o dono da terra.

Finalmente, consideremos as rendas líquidas anuais das 115 famílias agricultoras-empresárias de nossos 99 estabelecimentos (ver tabela 5). Para as sete regiões, em conjunto, a família média possuía uma renda líquida de 6.383 mil cruzeiros que se reduzia para 284 mil cruzeiros, depois de deduzidos os custos estimados de manutenção e reparos, depreciação, e juros sobre o capital fixo.<sup>11</sup> Tornaram-se efetivamente negativos em 40 dos 99 estabelecimentos. Antes de descontar essas despesas indiretas, os rendimentos médios dessas famílias colocavam-se como segue: 14.707 mil cruzeiros no Triângulo Mineiro, 11.416 mil no Vale do Paraíba, 9.318 mil no Rio Grande, 3.180 mil no Paraná, 2.373 mil no Maranhão, 2.064 mil no Ceará, e 1.364 mil em Pernambuco.

---

11) As taxas usadas, na base dos valores de reposição em setembro de 1963, foram as seguintes:

*Manutenção e reparos* — tratores e veículos motorizados 7,5%, motores e bombas 5%, outra maquinaria 3%, e edifícios e outra construção 2%.  
*Depreciação* — tratores e veículos motorizados 10%, motor e bombas 7,5%, outra maquinaria 5%, edifícios de tijolo 2,5%, edifícios de táboa 4%, e edifícios de pau a pique 10%.

*Juros sobre o investimento total fixo* — 12,5% sobre a terra, edificações, maquinaria e criações. Supondo-se que os valores da terra, edificações, maquinaria e rebanhos se mantivessem a par com a inflação durante 1962-63, a taxa de 12,5% usada aqui poderia ser considerada como a taxa real de juros. Como taxa real, é talvez demasiadamente elevada e podemos revê-la para diminuí-la se puder ser encontrada uma base firme para calcular outra taxa real. Durante 1962-63 os agricultores tomando empréstimo do Banco do Brasil ou outras fontes públicas pagavam em torno de 7% pelo crédito à produção e 12% (a taxa legal máxima) para crédito de melhoramentos (maquinaria, benfeitorias etc.). Em bancos particulares, eles pagavam normalmente 1% ao mês. Os encargos de serviços cobrados pelos bancos elevam um pouco estes custos, elevando mais os empréstimos menores devido a base fixa dessas despesas. Não é incomum, contudo, para as companhias brasileiras de crédito e financiamento a evasão do teto legal, cobrando 3,5-4% ao mês. Obviamente, todas estas taxas eram altamente negativas em termos reais, dada a severa inflação brasileira — um fato que os grandes fazendeiros, mais esclarecidos, reconhecem claramente, mas que os pequenos freqüentemente ignoram, dada a uma aversão inata à dívida.

Descontadas as despesas indiretas (tabela 5) contudo os empresários do Rio Grande ocupavam o primeiro lugar com + 2.222 mil cruzeiros por família, seguidas pelo Maranhão (+ 1.083 mil), Paraná (+ 436 mil) e Triângulo Mineiro (+ 110 mil).

As famílias dos empresários das outras três regiões tiveram em média rendas médias *negativas* — Ceará — 57 mil cruzeiros, Pernambuco — 478 mil, e São Paulo — 953 mil. Quanto a incidência das rendas negativas constata-se que somente de 10 e 13% desses estabelecimentos situava-se no Maranhão e no Ceará; 40% no Rio Grande, Paraná e Pernambuco; e 64 e 67% no Triângulo e em São Paulo. A despeito de investimentos em capital muito maiores, as regiões do Sul (exceto o Vale do Paraíba) tiveram resultados financeiros superiores às duas regiões do Nordeste, mas somente o Rio Grande ultrapassou o Maranhão, não obstante os recursos de capital extremamente pequenos da agricultura deste Estado.

Para as sete regiões em conjunto, as propriedades de lavouras apresentaram uma renda média para o empresário de 1.414 mil cruzeiros por família superior às rendas das propriedades de pecuária e mistas que tiveram — 2.442 e — 844 mil cruzeiros respectivamente. As rendas médias mais favoráveis verificaram-se com os empresários das propriedades de lavoura do Rio Grande (9.497 mil cruzeiros) e nas propriedades de lavouras do Triângulo (4.323 mil cruzeiros), seguidas pelas propriedades de lavouras do Maranhão (1.164 mil), pelas propriedades mistas do Ceará (723 mil), pelas propriedades de lavoura do Paraná (709 mil), e pelas propriedades mistas do Paraná (698 mil). As rendas mais favoráveis verificaram-se nas propriedades de pecuária do Triângulo (— 10.412 mil cruzeiros), nas propriedades de pecuária do Rio Grande (— 4.501 mil), nas propriedades mistas do Triângulo (— 3.052 mil), nas propriedades mistas de São Paulo (— 1.529 mil) e nas propriedades de pecuária do Paraná e São Paulo (— 1.091 e — 942 mil cruzeiros). Estes dados indicam que mesmo a produção de carne de acordo com os métodos extensivos tradicionais pode mostrar-se deficitária e, além disso, que as empresas de exploração pecuária intensiva tais como a criação suína e a produção de leite dificilmente poderiam mostrar-se lucrativos aos preços de setembro de 1963, devido aos baixos níveis de técnicas adotadas nos processos de criação e na administração de pastagens; às despesas substanciais que são obrigadas a fazer com

a aquisição de *inputs* e os efeitos desmoralizantes dos tabelamentos de preços impostos aos produtos da agropecuária.

Finalmente, em nossa amostra, as propriedades maiores tendem a estar mais freqüentemente associadas com rendimentos líquidos negativos dos empresários.<sup>12</sup> Nas propriedades de tamanho médio, as rendas negativas podem ser devidas a investimentos relativamente grandes em maquinarias, que sobrecarregam consideravelmente os custos indiretos, quando comparados com os dos estabelecimentos menores, que em geral empregam processos manuais. Para os estabelecimentos maiores as rendas negativas podem também refletir o uso menos intensivo da terra, que por sua vez pode significar uma tendência de manter excesso de área para fins especulativos. No início deste estudo, apresentamos uma consideração sociologicamente significativa feita pelo herói do maior romancista histórico do Rio Grande do Sul — “Criação é que é trabalho p’ra homem. Lavoura é coisa de português”. Em uma dimensão considerável, esta atitude ainda prevalece entre os maiores proprietários de terra do Brasil. Contudo, tendo a maquinaria tornado respeitável a lavoura, os tratores estão substituindo o gado como símbolo de *status*.

Por esta razão, os estabelecimentos maiores estão voltando-se mais e mais para a lavoura mecanizada, assim como a pecuária intensiva. No processo, há provavelmente grandes propriedades que avançaram demais na mecanização dados os níveis salariais ainda relativamente baixos que prevalecem no Brasil. Isto talvez ainda se torne mais verdadeiro, dada outra importante tradição rural brasileira, ainda encontrada no Norte e Nordeste: para o “coronel”, grande proprietário, o prestígio social e a importância política dependem do número de famílias que trabalham para ele, o que explica talvez a tendência de se encontrar um número surpreendentemente grande de trabalhadores mesmo em propriedades altamente mecanizadas. Esta tradição, em parte feudalística, tem alguma vantagem social, uma vez que o Brasil é parco de oportunidades adequadas para o trabalho não-agrícola, embora isso ocorra provavelmente à custa da maximização da renda dos empresários agrícolas.

12) As porcentagens dos estabelecimentos com renda negativa para o empresário eram as seguintes, de acordo com o tamanho desses estabelecimentos: 0—19 ha, 26%; 20—99 ha, 23%; 100—299 ha, 58%; 300—999 ha, 44%; 1.000—1.999 ha, 50%, e acima de 2.000 ha, 71%. (ver tabela 9)

Nosso estudo mostrou, contudo, que a velha ordem está alterando-se rapidamente na agricultura brasileira. O fato notável é que são bem administrados muitos de seus grandes estabelecimentos, não obstante a longa negligência da nação em relação aos serviços agrícolas governamentais.

Enquanto esta negligência continuar, o Brasil tem uma dívida substancial para com estes grandes proprietários de terra que são ativos na ocupação, no desenvolvimento e no melhoramento dos recursos agrícolas da nação e que são suficientemente abastados para arriscar inovações mal sucedidas. A reforma agrária prestará um “desserviço” se falhar em proteger esses grandes proprietários de terra que estão desempenhando este papel essencial. Os que foram criados na tradição de “propriedades de uma família”, sofrem frequentemente grande desilusão frente a essas propriedades no Brasil dados seus métodos primitivos de agricultura de enxada e a absoluta falta de orientação técnica. Se não é para o Brasil congelar sua agricultura em um nível técnico tão baixo, o que seria lamentável, quando se considera o problema em toda sua extensão, qualquer reforma agrária deveria começar com uma mudança radical nos processos produtivos, financiada pelo Ministério da Agricultura, particularmente no que se refere à pesquisa agrícola nos campos das doenças das plantas, nutrição animal e organização das pastagens.

Falhando nisto, a divisão das grandes propriedades privadas e a colonização das restantes terras públicas, criarão uma barreira adicional ao desenvolvimento agrícola brasileiro em um momento em que todas as outras estão desaparecendo a uma taxa crescente.

## S U M M A R Y

*This article represents the first of a series of reports on the results of a research project on Agricultural Productivity in Brazil, Sponsored by the Brazilian Institute of Economics and based on extensive field work carried out personally by the authors during 1963. It first describes the methodology of the study, which involved detailed interviews of the operators of 99 agricultural establishments in seven major regions of Brazil. It then compares the seven regions*

*in terms of various indexes of land and capital resources — such as the area of total farmland and area of cropland per establishment, average land values per hectare, the value of net output per hectare, and the value of various components of capital (land, buildings, machinery, livestock, and agricultural credit) per establishment.*

*Next the authors consider the size, composition, and earnings of the agricultural labor force. They describe the major interregional differences in the quantity of labor inputs used per establishment and compare the forms of land tenure and other contractual arrangements between landlord and hired workers in the various regions, which differ markedly in the relative importance of workers paid in kind (share workers) and in cash (full-time and seasonal workers). Particularly useful, given the diversity in the sources of income and in the allocation of production expenses, are the authors' estimates of average net incomes of worker families of the various major classes — administrators, moradores, share croppers, monthly and day workers, colonos, etc.*

*Finally the authors turn to various comparisons of output, productivity, and average family incomes. After indicating the value of net output per establishment in each region, they compare the value of agricultural capital (and its several components) per man-year of labor input in the seven regions. They then discuss the marked differences in average labor productivity (value of net output per man-year of labor input) among the seven regions, by type of farm, and by farm size. They then present estimates of average net incomes per family for all hired workers combined, which put the North and Northeast (whose labor force consists largely of workers paid in kind) in a less unfavorable position relative to some of the southern regions, where monthly and daily wage workers predominate. They conclude with estimates of the average net family incomes of farm-operator families by region, by type of farm, and by farm size.*

*All of these and numerous other important data are presented in much greater detail in the appendix tables, which are particularly valuable in view of the fact that the Brazilian Census of Agriculture for 1960 remains largely unpublished. Readers more familiar with English than Portuguese will prefer to read a nearly identical*

---

*version of the present article in the May 1963 issue of the Journal of Farm Economics. It should be noted, however, that certain statistical results presented in that article have since been revised and, in any case, only the present article includes the appendix tables.*

## ANEXOS

.

.



TABELA 1

REND AGRÍCOLA BRUTA POR FONTE EM 99 PROPRIEDADES AGRÍCOLAS SELECIONADAS EM 7 REGIÕES DO BRASIL  
Ano agrícola 1962-63 <sup>(a)</sup>

REGIÃO E TIPO DE AGRICULTURA <sup>(b)</sup>	N.º DE PROPRIE-DADES	% DA RENDA AGRÍCOLA BRUTA — TOTAL PROVENIENTE DE:											
		Arroz	Milho <sup>(c)</sup>	Feijão	Mandioca <sup>(d)</sup>	Algodão	Cana-de-Açúcar <sup>(f)</sup>	Babaçu	Outras Lavouras	Gado bovino	Leite <sup>(g)</sup> etc.	Suínos <sup>(h)</sup>	Outros <sup>(i)</sup>
Maranhão (Caxias)													
Lavoura e Pecuária	1	1,91	—	1,52	6,26	—	—	43,66	2,46	14,92	27,51	—	1,46
Lavoura	9	26,63	6,60	7,38	20,78	12,20	0,76	10,17	—	3,92	0,38	1,73	9,45
TOTAL	10	25,59	6,32	7,14	20,16	11,69	0,73	11,59	0,10	4,39	1,53	1,65	9,11
Ceará (Crato)													
Lavoura e Pecuária	2	6,54	11,87	15,80	0,43	14,66	2,68	—	—	42,72	3,96	0,11	1,23
Lavoura	13	13,15	14,96	7,54	3,44	4,36	28,90	1,59	1,02	10,27	5,28	0,34	9,15
TOTAL	15	12,05	14,46	8,93	2,94	6,08	24,52	1,32	0,84	15,69	5,06	0,30	7,81
Pernambuco (Caruaru)	N.º DE PROPRIE-DADES	Arroz	Milho	Feijão	Mandioca	Algodão	Palme	Frutas	Outras Lavouras	Gado bovino	Leite etc.	Suínos	Outros
Pecuária	1	—	0,87	1,86	—	—	24,79	—	—	36,75	31,72	—	4,01
Lavoura e Pecuária	4	—	11,30	24,77	4,16	3,63	9,16	—	2,35	15,83	25,73	1,61	1,46
Lavoura	10	—	17,44	37,98	11,02	5,59	7,73	4,24	2,37	7,12	3,95	0,72	1,84
TOTAL	15	—	12,54	27,36	6,77	3,97	11,04	2,04	1,97	15,08	16,25	0,92	2,06
Minas Gerais (Ituiutaba)	N.º DE PROPRIE-DADES	Arroz	Milho	Feijão	Mandioca	Algodão	Cana-de-Açúcar	Gergelim	Outras Lavouras	Gado bovino	Leite etc.	Suínos	Outros
Pecuária	1	4,89	1,47	3,66	—	—	—	—	—	88,15	0,47	1,09	0,27
Lavoura e Pecuária	6	40,64	4,77	3,86	1,12	—	0,73	—	—	36,24	7,10	4,70	0,84
Lavoura	7	58,47	8,13	4,98	1,17	4,35	0,39	0,15	0,14	4,99	1,05	4,85	11,33
TOTAL	14	50,12	7,02	4,74	1,01	3,51	0,36	0,12	0,11	18,15	1,32	4,32	9,22
Paraná (Maringá)	N.º DE PROPRIE-DADES	Arroz	Milho	Feijão	Mandioca	Café	Cana-de-Açúcar	Soja	Outras Lavouras	Gado bovino	Leite etc.	Suínos	Outros
Pecuária	3	0,13	2,16	0,41	0,91	—	1,82	0,10	2,04	50,82	14,86	25,04	1,71
Lavoura e Pecuária	5	5,58	2,91	1,66	1,41	41,59	0,94	0,59	0,80	20,74	5,27	17,13	1,38
Lavoura	7	4,98	6,79	1,93	0,15	65,17	0,38	0,48	3,77	2,82	2,63	7,28	3,62
TOTAL	15	4,91	3,88	1,62	1,03	44,03	0,87	0,52	1,70	18,75	5,46	15,23	2,00
São Paulo (Taubaté)	N.º DE PROPRIE-DADES	Arroz	Milho	Batata	Mandioca	Café	Legumes	Euca- lipto	Outras Lavouras	Gado bovino	Leite etc.	Suínos	Outros
Pecuária	7	2,00	1,28	—	0,60	15,40	0,02	2,92	4,44	8,84	64,03	0,29	0,18
Lavoura e Pecuária	3	13,92	2,56	—	1,49	8,12	—	—	10,93	9,95	51,13	1,78	0,12
Lavoura	5	40,98	0,98	41,12	1,00	—	2,93	2,11	0,38	2,29	3,79	3,85	0,57
TOTAL	15	32,46	1,11	31,45	0,96	3,22	2,24	2,14	1,70	3,90	17,25	3,05	0,43
Rio Grande do Sul (Cachoeira-Erechim)	N.º DE PROPRIE-DADES	Arroz	Milho	Feijão	Mandioca	Trigo	Soja	Euca- lipto	Outras Lavouras	Gado bovino	Leite etc.	Suínos	Outros
Pecuária	4	—	1,06	0,73	1,27	4,79	—	3,20	0,59	37,15	5,52	41,11	4,28
Lavoura e Pecuária	5	5,09	16,69	11,18	16,43	1,49	3,49	—	1,99	6,32	7,58	28,64	1,30
Lavoura	6	59,50	3,55	0,13	2,23	8,96	5,67	0,72	3,88	4,35	2,25	5,63	2,75
TOTAL	15	48,75	3,84	0,74	2,78	8,04	4,79	1,03	3,38	8,94	0,28	11,56	2,87

(a) Calculado com base na produção efetiva da safra 1962-63 ajustada de acordo com os rendimentos considerados normais para as propriedades entrevistadas e com preços correntes de setembro, 1963.

(b) Nas propriedades classificadas de "pecuária", menos de 34% de sua renda bruta originavam-se nas lavouras; nas classificadas como "lavoura e pecuária", 34 a 68% provinham das lavouras; e nas classificadas como "lavoura", estas participavam com 67% ou mais.

(c) Colhido em grão exceto em São Paulo (Taubaté) onde 38% foi colhido verde para ensilagem.

(d) Usada principalmente para o consumo humano (em farinha ou como raiz) nas regiões do Norte (Pernambuco, Ceará e Maranhão) e principalmente como forragem no Sul (especialmente no Paraná e Rio Grande do Sul).

(e) Inclui algodão anual e perene, estando esta última limitada a Pernambuco, Ceará e Maranhão.

(f) Usada principalmente como forragem no Sul, e para o consumo humano (rapadura e cachaça) no Ceará e Maranhão.

(g) Inclui não somente o leite e laticínios, mas também aves, ovos, iã e outros produtos animais. Principalmente leite e laticínios, exceto em São Paulo (Taubaté), onde aves e ovos respondem por 31% e 6% da renda das propriedades tipo "pecuária" e do "total" das propriedades respectivamente.

(h) Exclui a renda proveniente de suínos e outras criações pertencente aos empregados da fazenda.

(i) Inclui a renda bruta proveniente do aluguel de máquinas, aluguel de pastagens, produção pecuária dos empregados da fazenda (principalmente suínos), outras criações e animais de trabalho, juros sobre adiantamentos para os trabalhadores, etc. Em geral, exclui os salários e outras rendas recebidas por atividades "não-agrícolas" das famílias dos empresários e seus empregados.

TABELA 2  
ESTIMATIVA DO "OUTPUT" E DOS "INPUTS" TOTAIS DE TRABALHO, TERRA E CAPITAL  
99 Propriedades Agrícolas selecionadas em 7 Regiões do Brasil  
Ano agrícola 1962-63 (Valores em Cr\$ 1.000.000)

REGIÃO E "TIPO DE AGRICULTURA"	N.º DE PROPRIEDADES	VALOR DO "OUTPUT"		"HOMEM- ANOS" DE "INPUT" TRABALHO <sup>(c)</sup>	TERRA DAS PROPRIEDADES (ha)			VALOR DE CAPITAL FIXO <sup>(c)</sup>					NÚMERO TOTAL DE <sup>(f)</sup>				
		Bruto <sup>(a)</sup>	Líquido <sup>(b)</sup>		Total em lavoura <sup>(d)</sup>	Lavoura irrigada	Total	Terra	Benfeitorias	Rebanho	Maquinaria	Total	Gado bovino	Suínos	Tratores	Bois	Equinos
<b>Maranhão (Caxias)</b>																	
Lavoura e Pecuária .....	1	5,5	4,6	21,6	10	—	1 000	1,7	5,6	5,3	0,1	12,6	150	25	—	—	13
Lavoura .....	9	123,9	109,8	818,5	1 200	—	15 875	15,7	27,8	60,1	15,0	118,6	1 732	1 654	1	—	444
TOTAL .....	10	129,4	114,4	840,1	1 210	—	16 875	17,4	33,4	65,4	15,1	131,2	1 882	1 679	1	—	457
<b>Ceará (Crato)</b>																	
Lavoura e Pecuária .....	2	20,2	12,1	43,9	100	—	130	8,6	2,2	5,9	0,2	16,8	135	6	—	—	11
Lavoura .....	13	100,6	89,4	360,9	645	128	3 401	143,3	35,1	71,8	26,1	276,3	1 349	165	2	31	287
TOTAL .....	15	120,8	101,5	404,8	745	128	3 530	151,9	37,3	77,7	26,3	293,1	1 484	171	2	31	298
<b>Pernambuco (Caruaru)</b>																	
Pecuária .....	1	12,9	7,9	16,0	6	—	857	21,2	4,4	23,6	0,2	49,5	448	—	—	4	52
Lavoura e Pecuária .....	4	27,9	20,4	64,7	125	20	402	20,2	12,1	24,6	7,6	64,5	352	34	—	10	11
Lavoura .....	10	37,7	32,4	136,7	414	—	1 695	53,6	18,3	18,3	18,0	108,2	278	14	2	4	29
TOTAL .....	15	78,5	60,7	217,4	545	20	2 954	95,0	34,7	66,5	25,8	222	1 078	48	2	18	92
<b>Mines Gerais (Ituiutaba)</b>																	
Pecuária .....	1	64,7	17,7	19,9	48	—	1 171	93,7	4,5	56,2	9,0	163,4	1 520	63	1	8	17
Lavoura e Pecuária .....	6	27,2	23,7	39,9	190	—	4 052	183,0	8,4	45,6	17,0	254,1	932	110	2	16	41
Lavoura .....	7	381,5	321,2	402,6	2 879	—	6 279	629,4	39,2	94,3	277,3	1 040,1	2 540	879	16,5	22	200
TOTAL .....	14	473,4	362,6	462,4	3 117	—	11 503	906,1	52,1	196,1	303,3	1 457,6	4 992	1 052	19,5	46	258
<b>Paraná (Maringá)</b>																	
Pecuária .....	3	11,5	7,9	15,8	16	—	306	33,1	4,2	22,3	6,8	66,3	671	149	—	—	11
Lavoura e Pecuária .....	5	79,1	64,6	88,2	252	—	1 188	167,2	21,9	72,4	20,8	282,4	1 852	707	3	—	21
Lavoura .....	7	33,1	29,2	55,7	180	—	444	57,7	8,3	6,3	14,3	86,6	130	201	—	—	11
TOTAL .....	15	123,7	101,7	159,7	448	—	1 933	258,0	34,4	101,0	41,9	435,3	2 653	1 057	3	—	43
<b>São Paulo (Taubaté)</b>																	
Pecuária .....	7	79,0	46,4	80,3	114	—	1 442	174,2	41,2	52,9	27,8	296,0	1 047	13	2	14	16
Lavoura e Pecuária .....	3	24,1	15,3	24,3	57	—	667	73,8	17,7	20,8	21,6	133,9	451	19	3	14	4
Lavoura .....	5	335,6	216,8	251,1	958	832	3 238	676,0	161,9	46,3	329,3	1 213,5	720	448	43	48	14
TOTAL .....	15	438,7	278,5	355,7	1 129	832	5 347	924,0	220,8	120,0	378,7	1 643,4	2 218	480	48	76	31
<b>RS (Cachoeira-Erechim)</b>																	
Pecuária .....	4	39,4	18,5	16,8	66	—	4 085	108,8	29,3	82,9	28,2	249,3	2 598	585	2	60	51
Lavoura e Pecuária .....	5	13,8	7,9	17,1	104	4	293	17,7	11,5	8,4	13,2	50,8	129	266	1	22	9
Lavoura .....	6	234,9	177,0	159,4	1 797	682	4 370	229,2	49,7	72,6	219,6	571,0	1 688	622	23	369	100
TOTAL .....	15	288,1	203,3	193,3	1 967	686	8 748	355,7	90,5	163,9	261,0	871,1	4 415	1 473	26	451	160
<b>TOTAL, 7 Regiões</b>																	
Pecuária .....	16	207,5	98,4	148,7	250	—	7 862	431,0	83,6	237,9	72,0	824,5	6 284	810	5	86	147
Lavoura e Pecuária .....	26	197,8	148,6	299,7	838	24	7 732	472,1	79,4	183,0	80,5	815,1	4 001	1 167	9	62	110
Lavoura .....	57	1 247,3	975,8	2 184,9	8 073	1 642	35 302	1 804,9	340,2	369,7	899,6	3 414,3	8 437	3 983	87,5	474	1 082
TOTAL .....	99	1 652,6	1 222,8	2 633,3	9 161	1 666	50 896	2 708,0	503,2	790,6	1 052,1	5 053,9	18 722	5 960	101,5	622	1 339

(a) O valor do *output* bruto refere-se às informações colhidas para o ano agrícola de 1962-63, corrigido quanto ao rendimento agrícola, tornando-se dados de ano considerado normal, e quanto aos preços de setembro de 1963. Inclui todas as lavouras (inclusive as lavouras de forragens selecionadas, pecuária e produtos de pecuária e alguns produtos extrativos tais como amêndoas de babaçu, lenha eucalipto (ver tabela 1)). Outros componentes de menor importância são: a renda bruta do aluguel de máquinas na propriedade ou fora dela, os juros pagos ao proprietário por adiantamento de crédito a empregados, e o aluguel de pastagens. Com raras exceções, é excluída a renda auferida por trabalho fora da propriedade ou de outras propriedades agrícolas ou atividades comerciais.

(b) Valor do produto bruto, deduzidas as despesas totais com sementes, fertilizantes, inseticidas, gasolina, óleo e lubrificante, custo do aluguel de máquinas, ferramentas manuais, rações para o gado, tanto as de produção própria como as adquiridas de terceiros, animais comprados, vacinas e remédios para o gado, e outras despesas diretas de produção. Este valor do produto líquido não é a renda líquida em dinheiro do empresário, pois não foram deduzidas as seguintes despesas: salários e ordenados, aluguéis pagos em espécie ou em dinheiro pelo uso da terra ou de água para irrigação, impostos sobre a propriedade, juros sobre empréstimos para finalidades produtivas, seguros contra acidentes, materiais para a construção de cercas, etc. Além disto, não foi feita nenhuma dedução para a manutenção e reparos, depreciação, ou juros sobre investimentos.

(c) Para detalhes, ver Tabela 4.

(d) Inclui a terra com lavouras de determinadas forragens. Exclui a terra com produtos extrativos tais como eucalipto, babaçu, etc..

(e) Todos os bens foram avaliados de acordo com seu valor de reposição estimado para setembro de 1963, sem nenhuma dedução para depreciação pelo tempo que tenham sido utilizados.

(f) Números na ocasião da entrevista (1963). "Gado Bovino" exclui bois de trabalho e "equinos". Inclui cavalos, burros, jumentos e outros equinos.

T A B E L A 3  
ESTIMATIVA DO "OUTPUT" TOTAL E DOS "INPUTS" TERRA E CAPITAL POR "HOMEM-ANO" DE "INPUT" TRABALHO  
99 PROPRIEDADES AGRÍCOLAS SELECIONADAS EM 7 REGIÕES NO BRASIL  
Ano agrícola 1962-63 (a)

(Valores em Cr\$ 1.000)

REGIÃO  E  "TIPO DE AGRICULTURA"	N.º DE PROPRIEDADES	POR "HOMEM-ANO" DE "INPUT" TRABALHO								
		VALOR DO "OUTPUT"		TERRA DAS PROPRIEDADES (ha)		VALOR DO CAPITAL FIXO				
		Bruto	Líquido	Em Lavoura	Total	Terra	Benfeitorias	Rebanho	Maquinaria	Total
<i>Maranhão (Caxias)</i>										
Lavoura e Pecuária .....	1	254	215	0,46	46,30	77	257	244	6	584
Lavoura .....	9	151	134	1,47	19,40	19	34	73	18	145
TOTAL: MÉDIA .....	(10)	154	136	1,44	20,09	21	40	78	18	156
MEDIANA .....		(182)	(164)	(1,52)	21,78	17	32	(99)	(0)	(158)
<i>Ceará (Crato)</i>										
Lavoura e Pecuária .....	2	460	275	2,27	2,96	195	50	134	4	383
Lavoura .....	13	279	248	1,79	9,42	398	97	199	72	766
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	299	251	1,84	8,72	375	92	192	65	724
MEDIANA .....		(237)	(213)	(2,14)	3,22	224	95	(94)	(2)	(488)
<i>Pernambuco (Caruaru)</i>										
Pecuária .....	1	807	491	0,38	53,54	1 328	277	1 477	12	3 094
Lavoura e Pecuária .....	4	431	316	1,94	6,21	312	186	380	118	996
Lavoura .....	10	276	237	3,03	12,41	393	133	134	132	792
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	361	279	2,51	13,59	437	160	306	119	1 022
MEDIANA .....		(297)	(258)	(2,64)	(5,10)	(233)	(165)	(97)	(11)	(597)
<i>Minas Gerais (Ituiutaba)</i>										
Pecuária .....	1	3 252	889	2,43	58,89	4 708	224	2 825	452	8 209
Lavoura e Pecuária .....	6	682	593	4,75	101,57	4 588	212	1 144	427	6 371
Lavoura .....	7	947	797	7,15	15,60	1 563	97	234	689	2 583
TOTAL: MÉDIA .....	(14)	1 024	784	6,74	24,88	1 960	113	424	655	3 152
MEDIANA .....		(790)	(648)	(5,10)	(31,25)	(1 430)	(185)	(372)	(433)	(2 115)
<i>Paraná (Maringá)</i>										
Pecuária .....	3	729	502	1,03	19,37	2 099	264	1 408	427	4 198
Lavoura e Pecuária .....	5	897	733	2,86	13,47	1 896	249	822	236	3 202
Lavoura .....	7	594	524	3,23	7,97	1 035	149	113	257	1 554
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	775	637	2,79	12,14	1 616	215	632	262	2 726
MEDIANA .....		(756)	(608)	(2,57)	(6,37)	(1 146)	(177)	(181)	(156)	(1 886)
<i>São Paulo (Taubaté)</i>										
Pecuária .....	7	984	579	1,42	17,96	2 171	513	659	346	3 689
Lavoura e Pecuária .....	3	992	630	2,36	27,44	3 038	728	854	888	5 508
Lavoura .....	5	1 336	863	3,81	12,90	2 693	645	184	1 311	4 833
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	1 234	783	3,17	15,03	2 598	621	337	1 065	4 621
MEDIANA .....		(937)	(594)	(2,26)	(19,55)	(2 412)	(414)	(685)	(756)	(4 247)
<i>Rio Grande do Sul (Cachoeira-Erechim)</i>										
Pecuária .....	4	2 354	1 102	3,94	243,9	6 496	1 751	4 949	1 685	14 881
Lavoura e Pecuária .....	5	805	461	6,09	17,1	1 036	671	491	769	2 967
Lavoura .....	6	1 474	1 110	11,27	27,4	1 438	321	455	1 378	3 583
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	1 491	1 052	10,18	45,3	1 840	468	848	1 350	4 506
MEDIANA .....		(1 111)	(618)	(5,59)	(18,6)	(1 079)	(610)	(469)	(946)	(3 402)
<i>TOTAL, 7 Regiões</i>										
Pecuária .....	16	1 392	658	1,68	52,9	2 298	562	1 600	484	5 545
Lavoura e Pecuária .....	26	600	496	2,80	25,8	1 575	265	611	268	2 720
Lavoura .....	57	571	447	3,69	16,2	826	156	169	412	1 563
TOTAL: MÉDIA .....	(99)	627	464	3,48	19,3	1 028	191	(300)	(400)	(1 919)

(a) Calculada dos dados da Tabela 2

TABELA 4  
COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA DAS PROPRIEDADES  
AGRÍCOLAS SELECIONADAS EM 7 REGIÕES DO BRASIL  
Ano agrícola, 1962-63<sup>(a)</sup>

REGIÃO E "TIPO DE AGRICULTURA"	N.º DE PROPRIEDADES TIPO FAMILIAR <sup>(b)</sup>	N.º TOTAL DE PROPRIEDADES	NÚMERO DE FAMÍLIAS					NÚMERO DE TRABALHADORES <sup>(c)</sup>					NÚMERO DE HOMENS-ANOS <sup>(d)</sup>				
			Empresários	Administradores	Outras Permanentes	Temporárias	Total	Empresários	Administradores	Outras Permanentes	Temporárias	Total	Empresários	Administradores	Outras Permanentes	Temporárias	Total
<b>Maranhão (Caxias)</b>																	
Lavoura e Pecuária .....	0	1	1	1	24	—	26	1	1	42	—	44	0,2	1,0	20,4	—	21,6
Lavoura .....	4	9	10	13	433	82	538	24	24	779	107	934	18,2	20,5	737,3	42,5	818,5
TOTAL .....	4	10	11	14	457	82	564	25	25	821	107	978	18,4	21,5	757,7	42,5	840,1
<b>Ceará (Crato)</b>																	
Lavoura e Pecuária .....	0	2	2	3	27	7	39	2	3	49	7	61	0,2	2,6	36,7	4,4	43,9
Lavoura .....	6	13	15	1	196	11	223	28,5	2	397	18	445,5	25,5	1,5	329,3	4,6	360,9
TOTAL .....	6	15	17	4	223	18	262	30,5	5	446	25	506,5	25,7	4,1	366,0	9,0	404,5
<b>Pernambuco (Caruaru)</b>																	
Pecuária .....	0	1	1	1	9	—	11	1	2	14	—	17	0,5	1,5	14,0	—	16,0
Lavoura e Pecuária .....	0	4	4	3	63	15	85	4	3	84	20	111	2,0	3,0	47,0	12,7	64,7
Lavoura .....	5	10	11	2	118	14	145	20	2	168,9	18	208,9	16,3	2,0	116,7	1,7	136,7
TOTAL .....	5	15	16	6	190	29	241	25	7	266,9	38	336,9	18,8	6,5	177,7	14,4	217,4
<b>Minas Gerais (Ituiutaba)</b>																	
Pecuária .....	0	1	1	—	4	27	32	2	—	7	34	43	2,0	—	7,0	10,9	19,9
Lavoura e Pecuária .....	1	6	6	—	22	18	46	11	—	31	23	65	5,9	—	28,6	5,4	39,9
Lavoura .....	0	7	7	4	162	159	332	7	5	573	211	596	5,8	5,0	296,0	95,8	402,6
TOTAL .....	1	14	14	4	188	204	410	20	5	411	268	704	13,7	5,0	331,6	112,1	462,4
<b>Paraná (Maringá)</b>																	
Pecuária .....	0	3	3	2	6	16	27	3	4	7	21	35	1,5	3,0	6,5	4,8	15,8
Lavoura e Pecuária .....	1	5	5	4	43	34	86	7	6	84	47	144	3,3	5,2	65,6	14,1	88,2
Lavoura .....	5	7	12	2	10	23	47	32	2	23	30	84	23,7	1,2	19,6	11,2	55,7
TOTAL .....	6	15	20	8	59	73	160	42	12	114	98	266	28,5	9,4	91,7	30,1	159,7
<b>São Paulo (Taubaté)</b>																	
Pecuária .....	2	7	7	2	42	28	79	9	2	83	66	160	4,3	2,0	67,4	6,6	80,3
Lavoura e Pecuária .....	1	3	5	—	11	2	18	10	—	17	3	30	8,9	—	14,5	0,9	24,3
Lavoura .....	0	5	7,5	1	154,5	47	210,3	10,5	1	262,8	59	333,3	9,7	1,0	227,3	13,1	251,1
TOTAL .....	3	15	19,5	3	207,8	77	307,3	29,5	3	362,8	128	523,3	22,9	3,0	309,2	20,6	355,7
<b>Rio Grande do Sul (Cachoeira-Erechim)</b>																	
Pecuária .....	4	4	4	3	9	2	18	7	3	11	2	23	4,2	3,0	9,5	0,1	16,8
Lavoura e Pecuária .....	1	5	7	—	3	2	12	14	—	5	2	21	13,1	—	4,0	0,0	17,1
Lavoura .....	1	6	6	7	59	137	209	9	7	92	170	278	6,0	7,0	90,5	55,9	159,4
TOTAL .....	6	15	17	10	71	141	239	30	10	108	174	322	23,3	10,0	104,0	56,0	193,3
<b>7 Regiões Total</b>																	
Pecuária .....	3	16	16	8	70	73	167	22	11	122	123	278	12,5	9,5	104,4	23,3	148,7
Lavoura e Pecuária .....	7	26	30	11	193	78	312	49	13	312	102	476	33,6	11,8	216,8	37,5	299,7
Lavoura .....	21	57	68,5	30	1 132,3	473	1 704,3	131	43	2 095,7	613	2 882,7	105,2	38,2	1 816	224,8	2 184,9
TOTAL .....	31	99	114,5	49	1 395,8	624	2 183,3	202	67	2 529,7	838	3 636,7	151,3	59,5	2 137,9	284,6	2 633,3

- (a) Força de trabalho efetiva, no ano-agrícola 1962-63, ajustada a rendimentos normais. Em geral, o valor mais preciso para residentes permanentes é o número de famílias, e para os não-residentes (geralmente trabalhadores sazonais) é o número de trabalhadores. Frequentemente para uma dada propriedade foi estimado ou o número de famílias ou o número de trabalhadores. Para todas as propriedades, o *input* de trabalho em "homem-anos" foi estimado com base em informações fornecidas: a) pelo próprio responsável quanto a força de trabalho existente na propriedade; e b) por ele mesmo, seus vizinhos, ou por fontes públicas com respeito ao número de "homem-dias" exigidos com diferentes técnicas de produção de cada lavoura. Além disso foram também estimadas e incluídas, onde pareceu apropriado, as exigências de trabalho contratado (geralmente sazonal) que deviam ser atendidas por conta dos meeiros e outros moradores da propriedade. "Administradores" também incluem *fiscais*, tanto para a pecuária como para as lavouras, assim como alguns técnicos profissionais que, apesar de não residirem na propriedade, eram contratados para a gerência da mesma.
- (b) Classifica-se neste trabalho uma propriedade como "tipo familiar" se, do total estimado de *input* de trabalho em "homem-anos", mais de 50% provém da família do proprietário. Em geral a propriedade representa uma "unidade de administração", não uma "unidade de operação". Contudo, em certos casos, alguns parceiros foram entrevistados e considerados como propriedades separadas (geralmente de tipo familiar). Das 1 559 famílias associadas mais ou menos permanentemente com as 99 fazendas, aproximadamente dois terços (69 famílias de "empresários", 642 "moradores", 175 parceiros residentes, e 148 parceiros não-residentes) poderiam ser considerados propriedades separadas de acordo com algumas definições comumente usadas de "estabelecimento agrícola (V. G. Censo) e assim sendo, a maioria deles atenderia perfeitamente nossa definição de propriedades típicas familiares. A maioria das demais famílias era de trabalhadores agrícolas permanentes, diaristas ou mensalistas, alguns dos quais possuíam áreas para culturas de subsistência suficientemente grandes, em alguns casos, para corresponder às definições mínimas de propriedades tipo familiar.
- (c) Inclui todos os homens, mulheres e crianças que participavam, em tempo parcial ou integral dos trabalhos braçais da propriedade. Não foi feita nenhuma tentativa de ponderar estas diversas classes de trabalhadores pela sua produtividade física relativa.
- (d) Um "homem-ano" é definido aqui como correspondendo a 260 dias efetivos de trabalho de um homem.

**TABELA 5**  
**ESTIMATIVA DA RENDA LÍQUIDA MÉDIA ANUAL POR FAMÍLIA, POR TIPO DE OCUPAÇÃO**  
**99 Propriedades Agrícolas selecionadas em 7 regiões do Brasil**  
**Ano agrícola 1962-63<sup>(a)</sup>**

(Valores em Cr\$ 1.000)

REGIÃO E "TIPO DE AGRICULTURA"	N.º DE PROPRIEDADES	ADMINIS- TRADORES <sup>(b)</sup>	PARCEIROS <sup>(c)</sup>		MORADORES <sup>(d)</sup>	COLONOS <sup>(e)</sup>	TRABALHADORES MENSALISTAS <sup>(f)</sup>			TRABALHADORES DIARISTAS <sup>(g)</sup>		TOTAL DE TRABALHADORES CONTRATADOS <sup>(h)</sup>	PROPRIETÁRIO OU ARRENDATÁRIO DA PROPRIEDADE	
			Residentes	Não- residentes			Mecânica	Pecuária	Lavoura	Perma- nentes	Tempo- rários		Antes de MDJ	Depois de MDJ
<b>Maranhão (Caxias)</b>														
Lavoura e Pecuária .....	1	156	—	—	97	—	—	121	—	—	—	104	+ 1 950	+ 274
Lavoura .....	9	210	—	—	182	—	—	182	—	—	40	160	+ 2 412	+ 1 164
TOTAL: MÉDIA .....	(10)	206	—	—	178	—	—	164	—	—	40	158	+ 2 373	+ 1 083
MEDIANA ..		(200)	—	—	(178)	—	—	(156)	—	—	(30)	(112)	(+ 1 505)	(+ 293)
<b>Ceará (Crato)</b>														
Lavoura e Pecuária .....	2	175	200	255	218	—	—	—	—	—	58	204	+ 1 786	+ 723
Lavoura .....	13	361	227	114	329	—	—	215	—	—	33	269	+ 2 101	+ 161
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	237	226	232	325	—	—	215	—	—	43	264	+ 2 064	+ 57
MEDIANA ..		(193)	(280)	(121)	(218)	—	—	(285)	—	—	(42)	(83)	(+ 904)	(+ 560)
<b>Pernambuco (Caruaru)</b>														
Pecuária .....	1	241	—	—	—	—	—	220	—	—	69	181	+ 5 607	+ 674
Lavoura e Pecuária .....	4	257	157	183	266	—	—	294	144	—	—	222	+ 1 385	+ 846
Lavoura .....	10	218	—	134	303	—	—	—	118	—	17	160	+ 971	+ 327
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	241	157	152	297	—	—	257	123	—	44	170	+ 1 364	+ 478
MEDIANA ..		(234)	(157)	(153)	(345)	—	—	(220)	(104)	—	(23)	(139)	(+ 693)	(+ 211)
<b>Minas Gerais (Ituiutaba)</b>														
Pecuária .....	1	—	1 505	—	—	—	—	625	—	—	73	201	+ 11 242	+ 10 412
Lavoura e Pecuária .....	6	—	339	228	—	—	—	319	130	—	45	197	+ 2 539	+ 3 052
Lavoura .....	7	516	963	485	—	—	220	343	147	—	70	420	+ 25 631	+ 4 323
TOTAL: MÉDIA .....	(14)	516	894	400	—	—	220	381	147	—	68	381	+ 14 707	+ 110
MEDIANA ..		(457)	(607)	(413)	—	—	(220)	(336)	(123)	—	(55)	(221)	(+ 4 580)	(+ 257)
<b>Paraná (Maringá)</b>														
Pecuária .....	3	471	233	—	—	—	—	171	—	—	60	118	+ 1 664	+ 1 691
Lavoura e Pecuária .....	5	1 138	581	—	—	402	—	348	—	193	67	273	+ 8 214	+ 698
Lavoura .....	7	270	856	—	—	—	—	—	—	180	78	173	+ 1 462	+ 709
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	823	618	—	—	402	—	285	—	189	67	222	+ 3 180	+ 436
MEDIANA ..		(520)	(580)	—	—	(400)	—	(230)	—	(180)	(67)	(146)	(+ 1 898)	(+ 591)
<b>São Paulo (Taubaté)</b>														
Pecuária .....	7	708	300	—	—	—	—	236	—	242	30	171	+ 4 743	+ 942
Lavoura e Pecuária .....	3	—	—	—	—	—	311	258	—	252	48	256	+ 2 225	+ 1 529
Lavoura .....	5	339	413	—	—	—	214	217	—	187	34	164	+ 23 772	+ 578
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	585	394	—	—	—	217	233	—	154	33	168	+ 11 416	+ 953
MEDIANA ..		(634)	(357)	—	—	—	(195)	(205)	—	(225)	(30)	(173)	(+ 376)	(+ 509)
<b>Rio Grande do Sul (Cachoeira-Erechim)</b>														
Pecuária .....	4	260	—	—	—	—	—	118	184	—	3	142	+ 3 819	+ 4 501
Lavoura e Pecuária .....	5	—	457	—	—	—	—	—	125	—	3	209	+ 951	+ 172
Lavoura .....	6	509	—	—	—	—	287	223	293	—	60	140	+ 22 747	+ 9 497
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	435	457	—	—	—	287	180	285	—	59	141	+ 9 318	+ 2 222
MEDIANA ..		(340)	(457)	—	—	—	(275)	(182)	(200)	—	(44)	(127)	(+ 1 631)	(+ 186)
<b>Total, 7 Regiões</b>														
Pecuária .....	16	416	888	—	—	—	—	224	184	242	50	170	+ 4 388	+ 2 442
Lavoura e Pecuária .....	26	583	402	206	151	402	311	279	137	210	59	209	+ 2 839	+ 844
Lavoura .....	57	337	709	142	219	—	222	228	219	187	56	240	+ 8 424	+ 1 414
TOTAL: MÉDIA .....	99	402	669	170	215	402	224	238	214	198	56	218	+ 6 388	+ 284
TOTAL, todas as proprie- dades por homem-ano <sup>(h)</sup> ..	99	323	344	241	129	179	212	184	168	120	123	182	+ 4 830	+ 215

- (a) a renda líquida é a renda bruta menos todas as despesas exceto manutenção e reparos, depreciação e juros (MDJ) sobre o ativo imobilizado. Para os empregados a renda bruta inclui o seguinte: o valor dos salários em dinheiro, as refeições recebidas durante as horas de trabalho e outros alimentos recebidos em espécie; o valor bruto da produção das lavouras ou da pecuária exploradas em parceria; o valor dos alimentos produzidos em áreas que lhes são reservadas para o cultivo de subsistência; as bonificações, salários ou outros pagamentos recebidos por trabalho manual fora da fazenda, e o custo dos seguros médicos (mas não contra acidentes) pagos pelo dono da terra. (Não foi feita nenhuma provisão à conta da moradia recebida). Da renda bruta dos empregados foram deduzidas (se estabelecido no contrato de trabalho): o valor das sementes, aluguel de máquinas, juros sobre adiantamentos recebidos, salários dos trabalhadores contratados, animais adquiridos, vacinas, rações, e ferramentas manuais; a participação do dono da terra na produção das lavouras ou da pecuária exploradas em parceria, e o aluguel pago pelos empregados pelo uso de outras terras ou pastagens; e outras despesas em dinheiro para fins de produção. Para o empresário agrícola, tanto proprietário como arrendatário, a renda bruta inclui o seguinte: o valor bruto de toda a produção das lavouras ou das criações da propriedade; a renda recebida pelo aluguel de máquinas a seus próprios empregados ou a outras propriedades; juros sobre adiantamentos a empregados, alugueiros de pastagens, salários de todo trabalho manual do empresário fora da fazenda, etc. Desta renda bruta da fazenda como um todo, são deduzidas a renda líquida total de todos os empregados (que representa, para o empresário agrícola, o custo líquido total de todo o trabalho contratado) e as despesas do próprio empresário (fora daquelas executadas pelos próprios empregados), com sementes, fertilizantes, arrendamento de terra e água, sacaria, inseticidas, animais adquiridos, rações, vacinas, combustíveis para máquinas, aluguel de máquinas, juros sobre o capital emprestado, impostos sobre a propriedade, materiais para construção de cercas, seguros para empregados, despesas de administração da fazenda, ferramentas manuais, etc. O residuo representa a renda monetária líquida da família do empresário (antes do MDJ). A renda líquida final da família do empresário (depois do MDJ) é derivada desta renda monetária líquida, deduzindo-se as seguintes: provisão para manutenção e reparos (7,5%, 5%, 3% e 2% do valor de reposição a preços de setembro de 1963, de tratores e veículos motorizados, motores e bombas, outra maquinaria e edifícios e construções, respectivamente); provisão para depreciação (10%, 7,5% e 5% nas classes de maquinaria mencionadas acima e 2,5%, 4% e 10% em edifícios ou construções de tijolos, madeira e "barrenda" respectivamente); e juros de 12,5% sobre o valor da reposição de seus próprios bens na terra, benfeitorias, maquinaria e pecuária. Como em outros casos, o *output* foi ajustado de acordo com os dados de colheitas normais de todos os *inputs*, assim como o *output*, foram avaliados a preços de setembro de 1963.
- (b) Exclui os técnicos profissionais não-residentes que são responsáveis pela administração de duas das 99 propriedades. Em uma base comparável, as famílias destes "gerentes" teriam uma renda líquida nessas propriedades de 1 062 mil e 480 mil cruzeiros por homem-ano 1 770 e 2 400 mil cruzeiros respectivamente.
- (c) Estas classes de ocupantes (especialmente os primeiros) podem também receber alguma renda em espécie (diretamente ou de seus próprios lotes) e podem trabalhar um número de dias por ano a salários em dinheiro para o empresário agrícola.
- (d) Os moradores vivem na fazenda geralmente sem pagar aluguel, mas executam certos serviços tais como: colhem côcos de babaçu (ou outros produtos nativos); quebram e vendem as amêndoas para o proprietário da terra; cultivam e entregam a palma ao dono da terra com o direito às culturas de subsistência plantadas intercaladamente. Em geral, eles trabalham um ou dois dias por semana para o empresário, recebendo salários em dinheiro, e muitas vezes possuem áreas para suas próprias culturas e criações de subsistência, e, no caso de haver excedente, podem ser obrigados a vendê-los ao dono da terra, quando este se dedica também às operações comerciais.
- (e) *Colonos* é uma classe de trabalhadores comumente encontrada nas lavouras de café. Sua remuneração é fixada por um contrato anual, estipulando geralmente os pagamentos em dinheiro por 1 000 pes cultivados de café para a execução de certos cultivos e pagamentos em dinheiro ou em espécie por saca de café colhida. Eles podem também ter direito a parte ou toda a produção de lavouras de subsistência plantadas entre o cafezal, podem dispor de uma área para lavouras de subsistência para seu próprio uso, e podem trabalhar alguns dias por ano por um salário em dinheiro por conta do proprietário da terra.
- (f) Os trabalhadores mensalistas são residentes permanentes que comumente recebem um salário mensal em dinheiro ou se pagos por dia, normalmente trabalham uma semana regular de 5 ou 6 dias, em ambos os casos por conta do proprietário da terra. Os mecânicos incluem tratoristas e choferes de caminhão, bem como trabalhadores especializados das oficinas, e operadores de outras máquinas. Os trabalhadores na pecuária dispõem de maior parte do tempo trabalhando com o gado da fazenda ou criação de porco da propriedade e recebem comumente leite ou outros produtos de origem animal como parte de sua remuneração. Os trabalhadores na lavoura dedicam quase todo o seu tempo às lavouras da propriedade, mas podem, principalmente em propriedades menores, trabalhar alguns meses com salário mais elevado como tratoristas ou em outras atividades mecânicas. Enquanto que a família de qualquer trabalhador mensalista pode também ter uma área para cultura de subsistência, os trabalhadores na lavoura tem-na mais frequentemente.
- (g) Os trabalhadores diaristas permanentes são chamados comumente "camaradas" ou "volantes", trabalhando de forma mais ou menos regular em semanas de 5 ou 6 dias por um salário diário estabelecido. Às vezes, é difícil distingui-los dos "trabalhadores mensalistas", exceto que elas, muito mais frequentemente, não são residentes na fazenda nem seu emprego é tão regular. Os trabalhadores diaristas "temporários" são os que trabalham para a propriedade somente durante parte do ano, geralmente em épocas de maior demanda de mão-de-obra, como em épocas de plantio ou de colheita. Eles também podem ser contratados para atividades sazonais na limpeza das pastagens. Podem receber o salário fixado por dia, ou uma quantia fixa por tarefa.
- (h) Somente nesta linha calculou-se a renda líquida (para o conjunto das regiões) por *input* de trabalho (por homem-ano) em lugar de fazê-lo por família. Assim, esta linha apresenta um índice grosseiro da renda média líquida anual do trabalho em base total em "homem-ano" por tipo de ocupação. Os dados seguintes mostram números comparáveis por região:

RENDIA LÍQUIDA MÉDIA POR HOMEM-ANO

Região	Trabalhadores permanentes, excluindo os administradores	Trabalhadores sazonais	Total de trabalhadores, excluindo os administradores
Maranhão .....	\$ 107	\$ 76	\$ 105
Ceará .....	169	86	167
Pernambuco .....	200	89	192
Minas Gerais .....	406	124	335
Paraná .....	220	162	206
São Paulo .....	143	122	142
Rio Grande do Sul ..	181	148	169
TOTAL .....	\$ 185	\$ 123	\$ 179

TABELA 6  
RENDA LÍQUIDA E BRUTA E ALGUNS DOS INPUTS USADOS POR HECTARE DE LAVOURA E DE PASTAGEM  
99 propriedades agrícolas selecionadas em 7 regiões do Brasil

(Valores em Cr\$ 1.000)

REGIÃO  E  "TIPO DE AGRICULTURA"	N.º DE PROPRIEDADES	POR HECTARE DE LAVOURA <sup>(a)</sup>				POR 1 000 HECTARES DE LAVOURA		POR HECTARE DE TERRA EM PASTAGEM					
		RENDA DA LAVOURA E DA MAQUINARIA		VALOR DA MAQUINARIA	N.º DE SUÍNOS	"HOMEM- ANOS DE TRABALHO	N.º DE TRATORES	RENDA DA PECUÁRIA E DA PASTAGEM <sup>(b)</sup>		VALOR DA PECUÁRIA	N.º DE CAREÇAS (por 1 000 ha)		
		Bruta	Líquida					Bruta	Líquida				
<i>Maranhão (Caxias)</i>													
Lavoura e Pecuária .....	1	68,4	62,6	13,0	2,5	2 160	—	2,5	1,7	5,4	154		
Lavoura .....	9	80,2	73,7	12,5	1,4	682	0,83	1,0	0,7	4,1	119		
TOTAL: MÉDIA .....	(10)	80,1	73,6	12,5	1,4	695	0,83	1,1	0,8	4,2	121		
MEDIANA .....		(64,4)	(51,1)	(0)	(1,3)	(657)	(0)	(1,6)	(1,0)	(3,9)	(119)		
<i>Ceará (Crato)</i>													
Lavoura e Pecuária .....	2	105,9	102,2	1,8	0,1	441	—	355,2	70,5	216,2	4 863		
Lavoura .....	13	119,1	110,2	46,4	0,3	559	3,08	8,1	6,1	26,6	499		
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	117,3	109,2	35,3	0,1	543	2,67	11,6	6,7	28,4	543		
MEDIANA .....		(87,5)	(82,5)	(0,7)	(0,1)	(466)	(0)	(32,1)	(29,0)	(44,1)	(513)		
<i>Pernambuco (Caruaru)</i>													
Pecuária .....	1	57,7	53,1	32,8	—	2 623	—	14,8	8,9	27,9	529		
Lavoura e Pecuária .....	4	111,5	105,6	60,7	0,3	515	—	50,7	24,5	91,1	1 306		
Lavoura .....	10	78,6	73,4	43,6	0,0	330	4,83	4,1	1,6	14,5	220		
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	85,8	81,3	47,4	0,1	394	3,67	13,4	6,9	28,3	459		
MEDIANA .....		(83,5)	(81,9)	(6,7)	(0,0)	(380)	(0)	(30,0)	(14,2)	(80,8)	(909)		
<i>Minas Gerais (Ituiutaba)</i>													
Pecuária .....	1	134,0	121,9	185,8	1,3	411	20,7	60,2	12,2	58,1	1 570		
Lavoura e Pecuária .....	6	73,4	65,1	89,8	0,6	210	10,5	3,6	3,1	12,3	251		
Lavoura .....	7	117,7	103,5	96,3	0,3	140	5,7	14,3	7,8	31,9	858		
TOTAL: MÉDIA .....	(14)	115,3	101,4	97,3	0,3	148	6,3	14,9	6,0	25,7	653		
MEDIANA .....		(88,4)	(75,5)	(79,5)	(0,3)	(196)	(6,8)	(12,8)	(4,5)	(23,7)	(404)		
<i>Paraná (Maringá)</i>													
Pecuária .....	3	55,5	30,3	416,7	9,2	975	—	45,9	32,1	96,3	2 904		
Lavoura e Pecuária .....	5	174,7	167,3	82,6	2,8	350	11,9	45,2	29,3	95,6	2 443		
Lavoura .....	7	154,7	147,9	79,6	1,1	310	—	51,1	28,9	73,2	1 517		
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	162,3	154,7	93,5	2,4	356	6,7	45,9	29,9	94,0	2 468		
MEDIANA .....		(179,4)	(174,9)	(63,1)	(0,8)	(390)	(0)	(98,7)	(56,6)	(116,2)	(2 315)		
<i>São Paulo (Taubaté)</i>													
Pecuária .....	7	164,6	135,1	243	0,1	704	17,5	49,2	24,4	44,9	889		
Lavoura e Pecuária .....	3	156,3	139,9	377	0,3	424	52,3	26,7	12,8	36,5	793		
Lavoura .....	5	308,1	208,0	343	0,5	262	44,9	27,7	8,7	38,5	598		
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	285,9	197,2	335	0,4	315	42,5	36,1	15,7	40,7	752		
MEDIANA .....		(162,0)	(121,5)	(317)	(0)	(443)	(33,5)	(36,8)	(13,6)	(43,9)	(842)		
<i>Rio Grande do Sul (Cachoeira-Erechim)</i>													
Pecuária .....	4	72,1	24,9	478	8,9	254	30,3	9,0	4,2	21,9	686		
Lavoura e Pecuária .....	5	80,3	74,9	126	2,5	164	9,6	48,4	4,0	69,5	1 068		
Lavoura .....	6	112,9	89,6	122	0,3	89	12,8	13,9	6,5	33,2	772		
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	110,1	87,0	133	0,8	98	13,2	11,6	5,0	26,9	724		
MEDIANA .....		(85,1)	(78,2)	(166)	(1,6)	(179)	(0)	(15,4)	(4,0)	(27,4)	(767)		

(a) Total de terra em lavouras e certas forragens mas excluindo produtos extrativos. A renda bruta inclui o valor bruto da produção das lavouras, (excluindo o babaçu e outros produtos extrativos) corrigida com os rendimentos considerados normais e calculados com base nos preços de setembro, 1963, e inclui também a renda proveniente do uso de maquinaria própria. A renda líquida é calculada pela dedução do custo de sementes, fertilizantes, combustíveis para máquinas, aluguel de máquina e instrumentos manuais.

(b) Total de terra em pastagem, incluindo pastagem plantada, pastagem natural e área coberta de mato ou caatinga utilizada para criar. Renda bruta de toda a pecuária e produtos de origem animal (aos preços de setembro, 1963) mais o aluguel recebido por pastagem e o valor da palma com pasto. Renda líquida depois de deduzidos os custos dos animais adquiridos, rações, e vacinas.

**TABELA 7**  
**RENDA BRUTA E LÍQUIDA DA PROPRIEDADE, DOS EMPREGADOS E DO EMPRESÁRIO AGRÍCOLA, VALOR DO CAPITAL FIXO E DE GIRO**  
**E "INPUTS" DE TRABALHO, POR HECTARE DA ÁREA TOTAL NAS PROPRIEDADES**  
 99 Propriedades Agrícolas selecionadas em 7 Regiões do Brasil  
 Ano-agrícola, 1962-63<sup>(a)</sup> (Valores em Cr\$ 1.000)

REGIÃO E "TIPO DE AGRICULTURA"	N.º DE PROPRIEDADES	RENDA POR HA DE TERRA DAS PROPRIEDADES						VALOR DE CAPITAL POR HA DE TERRA DAS PROPRIEDADES						HOMENS-ANOS DE TRABALHO POR HA
		DA PROPRIEDADE			DO EMPRESÁRIO			Terra	Benefetorias	Rebanho	Maquinaria	Total	Despesas diretas	
		Produto Bruto	Produto líquido	Salários Líquidos	Renda líquida depois dos salários	Renda líquida em dinheiro	Renda líquida final							
<b>Maranhão (Caxias)</b>														
Lavoura e Pecuária .....	1	5,5	4,6	2,6	2,0	2,0	+ 0,3	1,7	5,6	5,3	0,1	12,6	0,9	22
Lavoura .....	9	7,8	6,9	5,4	1,6	1,5	+ 0,7	1,0	1,8	3,8	0,9	7,5	0,9	52
TOTAL: MÉDIA .....	(10)	7,7	6,8	5,2	1,6	1,5	+ 0,7	1,0	2,0	3,9	0,9	7,8	0,9	50
MEDIANA ..		(8,4)	(7,6)	(3,5)	(3,3)	(3,3)	(+ 2,1)	(1,0)	(1,7)	(3,7)	(0)	(7,0)	(0,8)	(46)
<b>Ceará (Crato)</b>														
Lavoura e Pecuária .....	2	155,3	92,9	64,7	28,2	27,5	+ 11,1	65,8	16,8	45,2	1,4	129,2	62,4	338
Lavoura .....	13	29,6	26,3	16,5	9,8	9,3	+ 7,1	42,2	10,3	21,1	7,7	81,3	3,3	106
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	34,2	28,7	18,3	10,5	9,9	+ 0,3	43,0	10,6	22,0	7,4	83,0	5,5	115
MEDIANA ..		(70,6)	(65,4)	(15,1)	(36,7)	(34,9)	(+ 13,6)	(66,0)	(18,1)	(17,7)	(0,5)	(108,7)	(5,7)	(310)
<b>Pernambuco (Caruaru)</b>														
Pecuária .....	1	15,1	9,2	2,6	6,6	6,5	+ 0,8	24,8	5,2	27,6	0,2	57,8	5,9	19
Lavoura e Pecuária .....	4	69,3	50,9	36,6	14,3	13,8	+ 8,4	50,2	30,0	61,1	19,0	160,3	18,5	161
Lavoura .....	10	22,2	19,1	12,6	6,5	6,3	+ 2,1	31,6	10,8	10,8	10,6	63,8	3,1	81
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	26,6	20,6	13,0	7,6	7,4	+ 2,6	32,2	11,8	22,5	8,8	75,2	6,0	74
MEDIANA ..		(61,2)	(55,3)	(18,8)	(15,2)	(15,2)	(+ 2,5)	(49,5)	(29,2)	(26,6)	(2,1)	(127,4)	6,8	(196)
<b>Minas Gerais (Ituiutaba)</b>														
Pecuária .....	1	55,2	15,1	5,3	9,8	9,6	+ 8,9	79,9	3,8	48,0	7,7	139,4	40,1	17
Lavoura e Pecuária .....	6	6,7	5,8	1,9	3,9	3,8	+ 4,5	45,2	2,1	11,3	4,2	62,7	0,9	10
Lavoura .....	7	60,7	51,1	21,8	29,3	28,6	+ 4,8	100,2	6,2	15,0	44,2	165,6	9,6	64
TOTAL: MÉDIA .....	(14)	41,2	31,5	13,1	18,4	17,9	+ 0,1	78,8	4,5	17,0	26,4	126,7	9,6	40
MEDIANA ..		(34,6)	(18,6)	(10,3)	(9,7)	(9,6)	(+ 2,1)	(56,2)	(5,5)	(12,1)	(7,7)	(80,6)	(4,4)	(32)
<b>Paraná (Maringá)</b>														
Pecuária .....	3	37,6	25,9	9,3	16,6	16,3	+ 10,7	108,3	13,7	72,7	22,1	216,7	11,7	52
Lavoura e Pecuária .....	5	66,6	54,4	18,6	35,8	34,6	+ 2,9	140,8	18,5	61,0	17,5	237,7	12,2	74
Lavoura .....	7	74,6	65,8	14,3	51,5	39,5	+ 19,2	130,0	18,7	14,1	32,3	195,0	8,8	126
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	63,8	52,5	16,1	36,4	32,8	+ 4,5	133,2	17,7	52,1	21,6	224,6	11,3	82
MEDIANA ..		(79,4)	(61,3)	(15,5)	(52,3)	(52,2)	(+ 18,3)	(144,8)	(31,3)	(35,4)	(22,5)	(305,7)	(10,0)	(157)
<b>São Paulo (Taubaté)</b>														
Pecuária .....	7	54,8	32,2	8,3	23,7	23,0	+ 4,6	120,8	28,5	36,7	19,3	205,3	22,6	56
Lavoura e Pecuária .....	3	36,2	23,0	4,4	18,5	16,7	+ 11,5	110,7	26,5	31,1	32,4	200,8	13,2	36
Lavoura .....	5	104,7	67,6	10,4	57,3	55,6	+ 1,4	210,8	50,5	14,5	102,7	378,5	37,1	78
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	82,0	52,1	9,1	43,0	41,6	+ 3,5	172,8	41,3	22,4	70,8	307,3	30,0	67
MEDIANA ..		(43,0)	(32,0)	(6,3)	(26,0)	(25,9)	(+ 6,0)	(133,0)	(42,8)	(29,5)	(31,1)	(226,0)	(18,1)	(50)
<b>Rio Grande do Sul (Cachoeira-Erechim)</b>														
Pecuária .....	4	9,7	4,5	0,5	4,0	3,7	+ 4,4	26,6	7,2	20,3	6,9	61,0	5,1	4
Lavoura e Pecuária .....	5	47,1	26,9	3,4	23,6	22,7	+ 4,1	60,6	39,2	28,7	45,0	173,5	20,1	59
Lavoura .....	6	53,8	40,5	6,5	34,0	31,2	+ 13,0	52,5	11,4	16,6	50,3	130,7	13,3	36
TOTAL: MÉDIA .....	(15)	32,9	23,2	3,6	19,7	18,1	+ 4,3	40,7	10,3	18,7	29,8	99,6	9,7	22
MEDIANA ..		(58,1)	(25,0)	(1,9)	(24,7)	(24,6)	(+ 1,9)	(60,7)	(19,6)	(21,7)	(46,9)	(140,0)	(12,1)	(54)
<b>7 Regiões Combinadas</b>														
Pecuária .....	16	26,4	12,5	3,3	9,2	8,9	+ 5,0	54,8	10,6	30,3	9,2	104,9	13,9	19
Lavoura e Pecuária .....	26	25,6	19,2	7,7	11,5	11,0	+ 3,3	61,1	10,3	23,7	10,4	105,4	6,4	39
Lavoura .....	57	35,3	27,6	10,4	17,2	16,3	+ 2,7	51,1	9,6	10,5	25,5	96,7	7,7	62
TOTAL .....	99	32,5	24,0	8,9	15,1	14,4	+ 0,6	53,2	9,9	15,5	20,7	99,3	8,4	52

(a) Computado a partir dos dados das Tabelas 2 e 5. Para definições de "output" bruto e líquido, ver notas a Tabela 5 (diferença é "despesas diretas" mostrado na tabela acima como capital de giro). Para definições de "salários líquidos", ver definição de "renda líquida de empregados" nas notas à tabela 5. Para definição de "renda líquida em dinheiro" e "renda líquida final" da família do empresário, ver a mesma tabela (antes e depois de MDJ).

T A B E L A 8  
DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES POR TAMANHO E OUTRAS CARACTERÍSTICAS  
99 propriedades agrícolas selecionadas em 7 Regiões do Brasil  
Ano agrícola 1962-63

ITENS	PROPRIEDADES COM ÁREA TOTAL (ha) DE									Total
	0-9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-299	300-999	1000-1999	2000-5999	
N.º de Propriedades por tamanho:										
Maranhão (Caxias) .....	—	1	1	1	1	—	2	1	3	10
Ceará (Crato) .....	5	1	2	3	2	—	1	—	1	15
Pernambuco (Caruaru) .....	3	2	3	2	2	1	1	1	—	15
Minas Gerais (Ituiutaba) .....	—	1	1	—	2	2	2	5	1	14
Paraná (Maringá) .....	2	2	4	2	—	4	1	—	—	15
São Paulo (Taubaté) .....	—	1	2	3	4	2	2	—	1	15
R. G. do Sul (Cachoeira-Erechim)	—	—	4	2	2	2	—	3	1	15
7 Regiões em conjunto .....	11	8	17	13	13	11	9	10	7	99
% do N.º total de propriedades ..	11,11	8,08	17,18	13,13	13,13	11,11	9,09	10,10	7,07	100,00
% da área total das propriedades ..	0,14	0,23	1,11	1,84	3,95	5,50	9,66	29,27	48,30	100,00
% do total das terras com lavouras	0,60	0,69	3,18	4,74	5,34	7,74	6,78	43,95	26,93	100,00
% das terras em pastagem e plantas forrageiras .....	0,03	0,13	0,55	1,16	3,77	4,23	10,66	26,02	53,45	100,00
% do Valor Bruto de "Output" ..	1,29	0,58	3,41	7,67	6,03	13,63	7,79	32,77	26,83	100,00
% do Valor Líquido de "Output" ..	0,67	0,44	3,86	6,38	6,34	12,99	8,82	31,99	28,51	100,00
% do Valor da área total das propriedades .....	0,36	2,28	1,96	3,86	5,63	10,51	10,95	30,60	35,85	100,00
% do Valor das Benfeitorias .....	1,85	1,05	4,45	9,53	8,25	12,19	7,52	15,86	39,30	100,00
% do Valor de Rebanho .....	0,73	0,46	1,79	4,78	7,67	10,33	14,83	28,94	30,48	100,00
% do Valor da Maquinaria .....	0,74	0,54	2,64	5,24	6,62	13,48	4,24	25,41	41,69	100,00
% do Valor do capital fixo total ..	0,52	0,44	2,32	4,86	6,41	11,26	9,82	27,79	36,58	100,00
% das Despesas diretas (capital de giro) .....	3,04	1,00	2,12	11,32	5,17	15,42	4,85	35,00	22,08	100,00
% do N.º total de famílias de trabalhadores .....	1,79	1,10	4,03	9,57	7,69	8,47	9,98	25,15	32,22	100,00
% do N.º total de trabalhadores agrícolas .....	1,73	1,10	4,18	10,02	8,55	7,78	9,32	23,73	33,59	100,00
% do "Input" total (homem-anos) <sup>1</sup> de trabalho da família do empresário .....	13,36	9,98	24,45	12,56	17,78	4,82	7,27	5,88	3,90	100,00
% de outro "Input" (homem-anos) de trabalho permanente .....	0,15	0,36	1,78	6,73	8,10	8,14	8,47	17,81	48,46	100,00
% de "Input" total (homem-anos) de trabalho temporário .....	2,41	1,84	5,94	7,73	6,46	6,03	8,89	52,46	8,24	100,00
% de "Input" total (homem-anos) de trabalho .....	1,16	1,07	3,53	7,17	8,47	7,72	8,45	20,87	41,56	100,00
% dos salários líquidos totais de todos empregados contratados .....	0,31	0,42	2,80	6,24	6,12	9,22	8,30	30,38	36,21	100,00
% do N.º total de tratores .....	—	—	0,49	4,93	7,88	19,70	5,91	27,59	33,50	100,00
% do N.º total de bois de trabalho	—	0,32	2,57	2,57	4,34	20,58	1,93	45,83	21,86	100,00
% do N.º total de cavalos, burros e asnos .....	0,75	0,67	1,79	2,61	6,35	2,61	12,55	21,51	51,16	100,00
% do N.º total de gado bovino (excluindo bois de trabalho) .....	0,13	0,25	1,18	3,70	6,29	9,54	14,80	30,17	33,94	100,00
% do N.º total de suínos .....	7,21	3,89	9,26	1,86	1,78	7,95	14,11	24,90	29,04	100,00
% da Renda Bruta total das lavouras e Maquinaria .....	0,75	0,36	3,42	6,21	5,43	15,20	6,19	33,63	28,81	100,00
% de Renda Bruta total da Pecuária e Pastagem .....	2,93	1,25	3,63	12,46	7,98	9,93	11,20	32,04	18,58	100,00
% da Renda Bruta total dos produtos extrativos .....	—	0,09	0,19	0,75	2,00	0,92	15,72	13,54	66,79	100,00



TABELA 9

DISTRIBUIÇÃO DE PROPRIEDADES PELO TAMANHO DAS PROPRIEDADES E POR RENDA LÍQUIDA FINAL DA FAMÍLIA DOS EMPRESÁRIOS, 99 PROPRIEDADES AGRÍCOLAS SELECIONADAS EM 7 Regiões do Brasil, Ano agrícola 1962-63 (Valôres em Cr\$ 1 000)

RENDA LÍQUIDA FINAL DA FAMÍLIA DO EMPRESÁRIO (depois de MDJ) <sup>(a)</sup>	N.º DE PROPRIEDADES DE ÁREAS E RENDAS ESPECIFICADAS									
	0-9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-299	300-999	1 000-1 999	2 000-5 999	Total
<i>Com Resultados Positivos</i>										
\$ 40.000 — 49.999	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
30.000 — 39.999	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2
20.000 — 29.999	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
10.000 — 19.999	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
5.000 — 9.999	—	—	—	1	—	—	1	—	—	2
4.000 — 4.999	—	—	1	—	—	1	1	—	1	4
3.000 — 3.999	—	—	1	1	1	—	—	1	—	4
2.000 — 2.999	—	—	1	—	—	—	1	—	1	3
1.000 — 1.999	1	—	3	2	3	—	1	—	—	10
800 — 999	—	—	2	—	1	—	—	—	—	3
600 — 799	—	1	—	1	1	—	—	—	—	3
400 — 599	3	1	—	1	—	1	—	—	—	6
200 — 399	3	1	4	2	1	—	1	1	—	13
0 — 199	2	2	2	1	—	—	—	—	—	7
<i>Com Resultados Negativos</i>										
0 — 199	1	—	1	1	2	—	—	—	—	5
200 — 399	—	2	—	—	—	2	—	—	—	4
400 — 599	—	1	1	1	—	1	—	—	—	4
600 — 799	—	—	1	1	—	—	1	—	—	3
800 — 999	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
1.000 — 1.999	—	—	—	1	1	1	1	1	1	6
2.000 — 2.999	—	—	—	—	2	1	—	—	—	3
3.000 — 3.999	1	—	—	—	—	2	—	—	—	3
4.000 — 4.999	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5.000 — 9.999	—	—	—	—	—	1	2	3	—	6
10.000 — 19.999	—	—	—	—	—	—	—	1	3	4
20.000 — 29.999	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
30.000 — 39.999	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
40.000 — 49.999	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
50.000 — 59.999	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
N.º Total Positivo .....	9	5	14	9	7	3	5	5	2	59
N.º Total Negativo .....	2	3	3	4	6	8	4	5	5	40
N.º TOTAL GERAL .....	11	8	17	13	13	11	9	10	7	99

(a) Para definição, ver Tabela 5, nota a

**T A B E L A 10**  
**"OUTPUT" BRUTO E LÍQUIDO, "INPUTS" DE TERRA E CAPITAL, "INPUTS" DE TRABALHO, E RENDA LÍQUIDA DO EMPRESÁRIO**  
**POR "HOMEM-ANO" DE TRABALHO E POR ÁREA TOTAL, EM CULTURA, E EM PASTO, CLASSIFICADOS POR TAMANHO**  
**DA PROPRIEDADE, 99 PROPRIEDADES AGRÍCOLAS SELECIONADAS EM 7 REGIÕES DO BRASIL**  
**Ano agrícola 1962-63**

(Valores em Cr\$ 1 000)

Itens	Propriedades com área total (ha) de									
	0-9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-299	300-999	1000-1999	2000-5999	Total
<i>"Tipo de Agricultura"</i>										
Pecuária .....	1	2	2	3	1	1	3	2	1	16
Lavoura e Pecuária .....	—	3	5	3	5	5	2	3	—	26
Lavoura .....	10	3	10	7	7	5	4	5	6	57
TOTAL de Propriedades .....	11	8	17	13	13	11	9	10	7	99
<i>Por "homem-ano" de "input" de trabalho total</i>										
Valor do "output" bruto .....	698	342	606	671	447	1 108	578	986	405	628
Valor do "output" líquido .....	269	190	507	413	347	782	485	712	319	464
Área total plantada (ha) .....	1,79	2,23	3,13	2,30	2,19	3,49	2,79	7,33	2,26	3,47
Área total das propriedades (ha) ..	2,33	4,15	6,09	4,97	9,00	13,76	22,11	27,11	22,47	19,33
Valor da área total .....	320	266	570	554	683	1 400	1 353	1 508	887	1 028
Valor das Benfeitorias .....	305	187	241	254	186	302	170	145	181	191
Valor dos Rebanhos .....	189	130	152	200	272	402	527	416	220	300
Valor da Maquinaria .....	48	201	299	292	312	698	200	486	401	400
Valor de todo o capital fixo ....	863	784	1 262	1 300	1 452	2 801	2 231	2 556	1 689	1 919
Valor das despesas diretas (capital de giro) .....	429	152	98	258	100	326	94	274	87	163
<i>Por "homem-ano" de "input" de trabalho contratado:</i>										
Total de salários líquidos de todos os empregados .....	135	143	226	166	141	213	178	254	151	182
<i>Por hectare de área cultivada:</i>										
Renda Bruta de lavouras e maquinaria .....	165	69	141	172	134	258	120	100	140	131
Renda líquida de lavouras e maquinaria .....	157	61	134	133	113	199	112	83	114	109
Valor de Maquinaria .....	27	90	95	127	142	200	72	66	177	115
<i>Por 1000 ha de área cultivada:</i>										
N.º de homem-anos de trabalho .	558	449	320	435	456	287	358	136	443	288
N.º de tratores .....	—	—	1,72	11,52	16,36	28,21	9,65	6,95	13,75	11,10
N.º de suínos .....	7 875	3 688	1 897	256	217	669	1 353	369	700	652
<i>Por hectare de pastagem:</i>										
Renda Bruta da Pecuária e Pastagem .....	1 118	108	72	116	23	26	12	13	4	11
Renda líquida de Pecuária e Pastagem .....	(-40)	28	38	45	15	11	8	5	2	5
Valor dos Rebanhos .....	528	76	67	84	41	50	29	23	12	21
<i>Por 1000 ha de pastagem:</i>										
N.º de cabeças de gado bovino ..	2 294	954	1 052	1 549	814	1 097	676	565	309	487
<i>Por hectare de área total da propriedade:</i>										
Valor do "output" bruto .....	299,0	82,5	99,5	135,1	49,7	80,5	26,2	36,4	18,0	32,5
Valor do "output" líquido .....	115,5	45,9	83,4	83,2	38,6	56,8	21,9	25,3	14,2	24,0
Salários líquidos .....	19,5	16,1	22,4	30,1	13,8	14,9	7,6	9,2	6,7	8,9
Renda líquida em dinheiro .....	51,9	25,8	52,3	48,2	22,1	40,4	13,6	16,3	7,4	14,4
Renda líquida final .....	+17,0	+4,2	+30,1	+14,8	+1,7	+11,0	+0,5	+3,1	(-3,4)	+0,5
Valor das terras das propriedades	137,6	64,2	93,6	111,5	75,9	101,7	60,3	55,6	39,5	53,2
Valor das Benfeitorias .....	131,2	45,1	39,6	51,1	20,7	21,9	7,7	5,4	8,0	9,9
Valor dos Rebanhos .....	81,2	31,3	24,9	40,2	30,2	29,2	23,8	15,4	9,8	15,5
Valor da Maquinaria .....	20,8	48,5	49,0	58,8	34,6	50,7	9,1	17,9	17,8	20,7
Valor de todo capital fixo .....	370,8	189,1	207,2	261,6	161,4	203,5	100,9	94,3	75,2	99,3
<i>N.º de homem-anos de "Input" de trabalho</i>										
.....	430	241	164	201	111	73	45	37	45	52

TABELA 11  
DISTRIBUIÇÃO DO "OUTPUT" LÍQUIDO POR "HOMEM-ANO" DO "INPUT" TRABALHO, POR TIPO DE AGRICULTURA  
REGIÃO E TAMANHO DAS PROPRIEDADES  
99 Propriedades Agrícolas seleccionadas em 7 Regiões do Brasil  
Ano-agrícola 1962-63

VALOR MÉDIO DO "OUTPUT" LÍQUIDO POR "HOMEM-ANO" (Cr\$ 1.000)	N.º TOTAL DE PROPRIEDADES	"TIPO DE AGRICULTURA"			R E G I ã O						
		Pecuária	Lavoura e Pecuária	Lavoura	Maranhão	Ceará	Pernambuco	Minas Gerais	Paraná	São Paulo	Rio Grande do Sul
Cr\$ 2 000 — 2 199	2	1	—	1	—	—	—	—	—	—	2
1 800 — 1 999	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1 600 — 1 799	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1 400 — 1 599	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1 200 — 1 399	3	1	—	2	—	—	—	1	—	—	2
1 000 — 1 199	3	1	—	2	—	—	—	—	1	1	1
800 — 999	11	1	5	5	—	—	—	4	3	2	2
600 — 799	12	2	3	7	—	—	—	3	4	4	1
500 — 599	7	2	2	3	—	—	—	1	2	2	2
400 — 499	13	4	6	3	—	—	4	2	2	3	2
300 — 399	8	2	4	2	—	—	2	1	1	2	2
200 — 299	20	1	4	15	4	8	4	2	1	1	—
100 — 199	16	—	1	15	5	6	4	—	1	—	—
0 — 99	3	—	1	2	1	1	1	—	—	—	—
Menos do que 0	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
TOTAL .....	99	16	26	57	10	15	15	14	15	15	15

VALOR MÉDIO DO "OUTPUT" LÍQUIDO POR "HOMEM-ANO" (Cr\$ 1.000)	N.º TOTAL DE PRO- PRIEDADES	TAMANHO (ha) DA PROPRIEDADE								
		0 - 9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-299	300-999	1 000-1 999	2 000-5 999
Cr\$ 2 000 — 2 199	2	—	—	—	—	—	—	—	2	—
1 800 — 1 999	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1 600 — 1 799	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1 400 — 1 599	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1 200 — 1 399	3	—	—	—	—	—	1	—	—	2
1 000 — 1 199	3	—	—	—	1	1	1	—	—	—
800 — 999	11	—	—	2	—	1	2	2	3	1
600 — 799	12	2	—	2	1	4	—	1	2	—
500 — 599	7	—	—	1	4	1	—	—	1	—
400 — 499	13	1	—	4	—	—	5	3	—	—
300 — 399	8	—	2	3	—	2	1	—	—	—
200 — 299	20	4	2	3	6	1	—	1	1	2
100 — 199	16	2	3	2	1	3	1	2	1	1
0 — 99	3	1	1	—	—	—	—	—	—	1
Menos do que 0	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL ....	99	11	8	17	13	13	11	9	10	7